



**DIRETORIA DE  
ATIVIDADES  
ESPECIAIS**

# AUDITORIA OPERACIONAL

## TRANSPORTE ESCOLAR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO

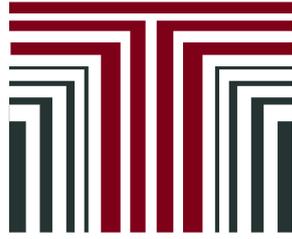
**PROCESSO N°  
RLA 09/00642408**



**Relatório de Auditoria  
N° 014/2010**

**Modalidade: Desempenho**

**Abril/2010**



TRIBUNAL  
DE CONTAS  
DE SANTA  
CATARINA

**DIRETORIA DE ATIVIDADES ESPECIAIS - DAE**

**Processo n° RLA 09/00642408**

**Relatório de Auditoria Operacional n° 00/2010**

**Auditoria Operacional no Transporte Escolar  
Público do Município de Cerro Negro**

**Modalidade da Auditoria: DESEMPENHO**

Equipe:  
Gláucia da Cunha  
Leonir Santini  
Michelle Fernanda De Conto

**Abril/2010**

## APRESENTAÇÃO

### Processo

**Assunto:** Auditoria Operacional no Transporte Escolar Público do Município de Cerro Negro.

**Objetivo:** Verificar se o Município está oferecendo transporte escolar a todos os alunos da rede pública de ensino que necessitam deste serviço e avaliar as condições do serviço prestado.

**Número do Processo:** RLA nº 09/00642408

**Relator:** Conselheiro Júlio Garcia

**Relatório de Auditoria nº:** 00/2009

**Modalidade:** Desempenho

### Órgão e Responsável

**Órgão:** Prefeitura Municipal de Cerro Negro

**Nome do responsável:** Janerson José Delfes Furtado

**Período:** 01/01/2005 até os dias atuais

**CPF/MF:** 737.764.329-34

**Cargo:** Prefeito Municipal

### Realização da auditoria e equipe

**Período abrangido:** 2006 a 2009

**Período de execução:** 23 a 27/11/2009

**Período de elaboração do relatório:** dezembro de 2009 e fevereiro de 2010

**Relatório final com manifestação do gestor:** fevereiro de 2010

**Período de revisão do relatório final:** abril de 2010

**Equipe de auditoria:** Gláucia da Cunha

Leonir Santini

Michelle Fernanda De Conto

## RESUMO

1. O transporte escolar é competência do Estado para os alunos da rede estadual de ensino, e dos Municípios para os alunos das redes municipais de ensino, conforme estabelece a Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Todavia o governo de Santa Catarina editou a Lei Complementar nº 381/2007 que transferiu a execução ou a prestação do serviço de transporte escolar dos alunos das escolas estaduais para os Municípios.
2. Os Municípios utilizam recursos próprios e de terceiros para a manutenção do transporte escolar. Os recursos de terceiros são provenientes de repasses do governo federal, baseados na quantidade de alunos matriculados no ensino fundamental e residentes na zona rural; e do governo estadual, baseados na quantidade de alunos transportados matriculados na rede estadual de ensino, no ensino fundamental e médio.
3. A legislação sobre o tema está disposta na Lei nº 9.503/1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), em especial no Capítulo XIII que trata da condução de escolares. O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) também apresenta normas para o transporte escolar, por meio de Resoluções. As normas vigentes tratam, entre outros, das características dos veículos e da autorização para a realização desse serviço, bem como de exigências para os condutores dos veículos escolares.
4. A partir deste contexto, foi realizada auditoria operacional no transporte escolar oferecido pelo Município de Cerro Negro com o objetivo de verificar se o Município estava oferecendo o transporte a todos os alunos da rede pública de ensino que necessitavam deste serviço e avaliar as condições do serviço prestado.
5. Para alcançar os objetivos da auditoria, foram efetuadas análises de documentos, como notas de empenho e notas fiscais de manutenção e abastecimento dos veículos da frota própria; processo licitatório e contratos de terceirização do transporte escolar; notas de empenho e notas fiscais de aquisição dos veículos da frota própria; certificados de licenciamento dos veículos e carteiras de habilitação dos motoristas. Também foi realizado grupo focal com os condutores dos veículos do transporte escolar, tanto da frota própria quanto da terceirizada, e entrevistas com diretores e coordenadores das escolas estaduais e municipais do Município.
6. Das análises verificou-se que nenhum dos veículos utilizados no transporte escolar, seja da frota própria seja da terceirizada, possuía a Autorização para Transporte Coletivo de Escolares, fornecida pelo órgão executivo de trânsito estadual. A idade média dos veículos da frota própria era de sete anos e dos da frota terceirizada era de 25 anos, sendo que muitos veículos encontravam-se em más condições de conservação e não eram submetidos à manutenção preventiva. Apesar desta situação, não havia exigências quanto às condições dos veículos no processo licitatório, tampouco planejamento para a substituição dos veículos com idade avançada. Constatou-se, ainda, que dos onze veículos da frota própria, quatro

foram adquiridos usados, todos com mais de dez anos de uso, reduzindo o tempo de uso deste veículo pela Prefeitura e apresentando custos elevados com manutenção.

7. Constatou-se, também, a existência de “caroneiros” nos veículos escolares, em ambas as frotas, com a anuência da Secretaria Municipal de Educação. Estas pessoas utilizavam os assentos dos veículos, fazendo com que os estudantes fossem transportados em pé e, ainda, provocavam a superlotação dos veículos. Entretanto, percebeu-se que havia superlotação também de estudantes, ou seja, eram transportados mais alunos do que a capacidade máxima de passageiros sentados, contrariando o CTB e prejudicando a segurança do transporte. O problema da superlotação já se iniciava no processo licitatório, pois os veículos tinham capacidade de no máximo de 45 passageiros, porém estes transitavam com mais de 80 passageiros, entre alunos e “caroneiros”.

8. A maioria dos condutores da frota própria e terceirizada não possuíam o curso especializado exigido pelo CTB e havia reclamações quanto à conduta desses profissionais, assunto este que faz parte da grade curricular deste curso.

9. O Município não dispunha de um sistema de controle da frota, impossibilitando o planejamento do consumo e manutenção dos veículos de transporte coletivo de escolares.

10. Foram verificados custos elevados de manutenção dos veículos escolares, denotando ausência do controle da frota, inexistência de manutenção preventiva, veículos com idade avançada, aquisição de veículos em péssimas condições de uso.

11. Diante das situações encontradas, estão sendo propostas determinações e recomendações que constarão de um Plano de Ação que contemplará as atividades a serem desenvolvidas, os prazos para execução e os responsáveis, tudo com o intuito de melhoria do serviço prestado.

## LISTA DE SIGLAS

- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CF – Constituição Federal
- Contran – Conselho Nacional de Trânsito
- CTB – Código de Trânsito Brasileiro
- DAE – Diretoria de Atividades Especiais
- Detran – Departamento Estadual de Trânsito
- DVR – Diagrama de Verificação de Risco
- FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- Gered – Gerência Regional de Educação
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- IDHm – Índice de Desenvolvimento Humano do Município
- Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- PIB – Produto Interno Bruto
- Pnad – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- Pnate – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
- Pnud – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- SED – Secretaria de Estado da Educação
- Serie – Sistema de Registro de Informações Escolares
- Sest/Senat – Serviço Social de Transporte/Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
- TCE/SC – Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
- TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Ideb 2007 .....	11
Quadro 2: Percentual de alunos transportados em relação aos alunos matriculados .....	12
Quadro 3: Idade dos veículos da frota própria .....	13
Quadro 4: Idade dos veículos da frota terceirizada .....	13
Quadro 5: Custos com manutenção .....	24
Quadro 6: Custo de aquisição de veículos do Caminho da Escola .....	27
Quadro 7: Lotação nos veículos escolares por turno .....	34
Quadro 8: Abastecimento e manutenção de veículos não utilizados no transporte escolar.....	37

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Entrevista com responsáveis pelo transporte escolar .....	16
Figura 2: Grupo focal.....	16
Figura 3: Veículos sem identificação de ESCOLAR.....	18
Figura 4: Bancos sem cinto de segurança nos veículos próprios e terceirizados .....	19
Figura 5: Veículo terceirizado IHD-4756 .....	21
Figura 6: Veículo próprio LYM-5661.....	22
Figura 7: Veículo terceirizado LZX-5957 .....	23
Figura 8: Veículo próprio KRA-1852.....	26
Figura 9: Caronas nos veículos escolares em frente à escola estadual.....	31
Figura 10: Superlotação .....	35
Figura 11: Veículos sem hodômetro.....	36

## SUMARIO

RESUMO.....	3
LISTA DE SIGLAS .....	5
LISTA DE QUADROS .....	6
LISTA DE FIGURAS .....	6
1 INTRODUÇÃO.....	8
2 VISÃO GERAL DO AUDITADO .....	11
<b>O transporte escolar no Município de Cerro Negro.....</b>	<b>12</b>
3 VISÃO GERAL DA AUDITORIA .....	14
<b>Objetivo geral.....</b>	<b>14</b>
<b>Questões de auditoria .....</b>	<b>14</b>
<b>Recursos para o transporte escolar.....</b>	<b>14</b>
<b>Metodologia utilizada .....</b>	<b>15</b>
4 RESULTADO DA AUDITORIA OPERACIONAL.....	17
<b>Veículos sem autorização para o transporte coletivo de escolares .....</b>	<b>17</b>
Veículos que transportam alunos sem a identificação de ESCOLAR.....	18
Veículos sem cinto de segurança.....	19
<b>Veículos escolares em condições precárias.....</b>	<b>21</b>
<b>Aquisição de veículo usado em condições precárias .....</b>	<b>25</b>
<b>Condutores dos veículos escolares.....</b>	<b>28</b>
Condutores dos veículos escolares sem a habilitação na categoria D .....	28
Condutores dos veículos escolares sem curso especializado.....	29
<b>Carona nos veículos escolares .....</b>	<b>30</b>
<b>Inexistência de controle de frota.....</b>	<b>32</b>
<b>Superlotação dos veículos escolares .....</b>	<b>34</b>
<b>Veículos sem hodômetro ou com o hodômetro quebrado .....</b>	<b>36</b>
<b>Utilização dos recursos do transporte escolar para outros fins .....</b>	<b>37</b>
5 ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS DO GESTOR .....	39
6 CONCLUSÃO .....	40
7 PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO.....	43
8 REFERÊNCIAS .....	48
APÊNDICES.....	49
ANEXOS .....	97

## 1 INTRODUÇÃO

1.1. O estudante, em especial o mais carente, possui inúmeras dificuldades para se manter na escola, tais como: alimentação, transporte, vestuário e material didático para uso diário. Por estas razões, o oferecimento do ensino público gratuito, muitas vezes, não é suficiente para permitir o acesso desse aluno à escola ou mesmo para assegurar a sua permanência no ensino.

1.2. Neste sentido, por meio do inciso VII do artigo 208 da Constituição Federal (CF), o legislador constituinte atrelou ao dever de oferecer a educação, outras obrigações que complementam o direito ao ensino público, por meio das quais possibilita o acesso e a permanência do estudante no ambiente escolar. Uma dessas obrigações é o oferecimento do transporte escolar.

1.3. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) realizada em 2004<sup>1</sup>, quanto à questão de dificuldade de acesso aos estabelecimentos escolares, foi apontado que 14,7% das pessoas entre sete e 14 anos não frequentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar.

1.4. Ou seja, o transporte escolar público figura como importante elemento para a garantia da educação, resultando na igualdade de condições de acesso e permanência dos alunos nas escolas.

1.5. Assim, foi escolhido o sistema de transporte escolar da rede pública como tema desta auditoria.

1.6. Visando a seleção dos municípios para a realização da auditoria operacional foram enviados formulários (Ofício DAE nº 7744/2009) sobre o transporte escolar para ser respondido pelas 293 Prefeituras.

1.7. Após a tabulação dos dados remetidos pelas Prefeituras, foi realizada a seleção dos Municípios por meio de uma matriz de risco com 08 critérios, sendo 01 de caráter eliminatório: Município que fornece passe escolar aos alunos; e 07 critérios com faixas de pontuação: existência de critérios para a concessão do benefício aos alunos, realização de inspeção nos veículos, idade média da frota,

---

<sup>1</sup> Pnad 2004, disponível em: [www.ibge.gov.br/populacao](http://www.ibge.gov.br/populacao). Acesso em: 17/12/2009.

existência de dados históricos do transporte escolar, percentual de recursos próprios aplicados, percentual de alunos transportados em relação aos alunos matriculados em 2009 e Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHm) para a educação.

1.8. Ficou definido que no ano de 2009 seriam realizadas auditorias operacionais neste tema em três Municípios, além da realização no Estado, na Secretaria de Estado da Educação. Os três Municípios que obtiveram maior pontuação na matriz de risco e foram selecionados são Bom Jardim da Serra, Cerro Negro e Vitor Meireles.

1.9. A auditoria foi planejada para levantar se os procedimentos de planejamento e controle adotados pelo Município contribuíam para o atendimento da demanda pelo transporte escolar, se os procedimentos adotados pelo Município garantiam a segurança dos usuários do transporte escolar e, ainda, em que medida a idade do veículo influenciava nos custos de manutenção, com o objetivo principal de verificar se o Município estava oferecendo transporte escolar a todos os alunos da rede pública de ensino que necessitavam deste serviço e avaliar as condições do serviço prestado.

1.10. A auditoria operacional em Cerro Negro teve abrangência aos anos de 2006 a 2009, sendo que o serviço prestado foi verificado no período de 09 a 13 de novembro de 2009, quando da execução da auditoria.

1.11. A metodologia utilizada para se obter os resultados da auditoria foi a análise qualitativa das entrevistas estruturadas, do grupo focal, do conteúdo dos documentos e do formulário; a análise quantitativa dos documentos e formulário e; a observação direta e registro fotográfico da execução do transporte escolar.

1.12. Este relatório, após a presente introdução, apresenta no Capítulo 2 uma visão geral do auditado, destacando aspectos relevantes da origem do Município, dados estatísticos relativos à população, ao território, à densidade demográfica, à renda e a índices de desenvolvimento humano e da educação e dados específicos do financiamento, da infraestrutura custos do transporte escolar no Município, dados relativos a escolas, alunos matriculados e beneficiários.

1.13. No Capítulo 3, que trata sobre a visão geral da auditoria, destacou-se o objetivo geral, as questões da auditoria, os responsáveis pelo transporte escolar no Município e os recursos para o transporte escolar.

1.14. No Capítulo 4 são apresentados os resultados da auditoria operacional, onde se relata as situações encontradas, suas evidências, suas causas, seus efeitos, as determinações ou recomendações sugeridas e os benefícios esperados, conforme definidos na matriz de achados.

1.15. O Capítulo 5 segue com o registro e a análise dos comentários oferecidos pelo gestor à versão preliminar da matriz de achados.

1.16. O Capítulo 6 apresenta as conclusões da auditoria, sintetizando os aspectos mais relevantes levantados neste trabalho, assim como os possíveis benefícios esperados decorrentes das correções das deficiências encontradas.

1.17. Por fim, o Capítulo 7 coloca a proposta de encaminhamento deste Relatório, em que constam as determinações e recomendações ao gestor, com vistas à melhoria de desempenho do transporte escolar público no Município, a serem submetidas ao Relator do processo.

## 2 VISÃO GERAL DO AUDITADO

2.1. O Município de Cerro Negro foi emancipado de Campo Belo do Sul em 1991, através da Lei Estadual nº 8.348, de 26/09/1991.

2.2. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2000, o Município possuía 4.098 habitantes, sendo 694 na área urbana e 3.404 na área rural, sua área territorial de 417 quilômetros quadrados, ou seja, uma densidade demográfica de 9,46 habitantes por quilômetro quadrado.

2.3. O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do Município de Cerro Negro era de R\$ 5.107,00, em 2006, últimos dados fornecidos pelo IBGE, um dos mais baixos do Estado de Santa Catarina, que era de R\$ 17.834,00/*per capita*, sendo que o PIB do Brasil era de R\$ 8.800,00/*per capita*.

2.4. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa que engloba três dimensões: riqueza, educação e esperança média de vida, conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população. Em 2007, este índice em Cerro Negro era de 0,687, um dos mais baixos do Estado; o do Brasil, para o mesmo período, era de 0,813 e o de Santa Catarina era de 0,840, numa escala de 0 a 1.

2.5. O quadro nº 01 apresenta o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), avaliado pelo Ministério da Educação, em 2007. Denota-se que o índice do Município de Cerro Negro é muito inferior ao do Estado e ao da União, configurando-se em um dos mais baixos de Santa Catarina.

**Quadro 1:** Ideb 2007

ENTE	IDEB
União	4,2
Santa Catarina	4,1
Cerro Negro	3,1

Fonte: Ministério da Educação

## O TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO

2.6. A estrutura de ensino do Município de Cerro Negro era de sete escolas municipais e uma estadual. A quantidade de alunos matriculados vem diminuindo ano a ano, o que não acontece com a quantidade de alunos transportados, conforme demonstrado no quadro nº 02. Este revela que, em 2009, 75% dos alunos matriculados utilizavam o transporte escolar gratuito, oriundos da área rural do Município.

**Quadro 2:** Percentual de alunos transportados em relação aos alunos matriculados

<b>ANO</b>	<b>MATRICULADOS</b>	<b>TRANSPORTADOS</b>	<b>PERCENTUAL</b>
2006	1.049	729	69%
2007	1.001	660	66%
2008	956	663	69%
2009	944	705	75%

Fonte: Formulário do transporte escolar

2.7. O custo do transporte escolar, em 2008, segundo dados repassados pelo Município (resposta do questionário do Tribunal) foi da ordem de R\$ 871.242,55. Deste montante, R\$ 33.350,71 provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e R\$ 198.256,00 repassados pelo Governo do Estado.

2.8. Para transportar os alunos das redes municipal e estadual, o Município possuía, à época da auditoria, doze veículos próprios e seis terceirizados. Os quadros nº 03 e 04 demonstram a idade avançada da frota de veículos para o transporte escolar, principalmente da terceirizada.

**Quadro 3:** Idade dos veículos da frota própria

Veículo / Placa	Nº RENAVAM	Ano	Idade
MFN 4621	877145644	2006	03
MAJ 3639	542264072	1992	17
LBB 7305	655515267	1996	13
MFZ 9440	796583730	2003	06
MDR 1432	802851835	2003	06
MDA 3072	780734041	2002	07
MER 0242	826169465	2004	05
MGO 5779	119758032	2009	00
MGO 5339	119757796	2009	00
MBX 9556	787194662	2002	07
LYN 5661	540971812	1991	18
KRA 1852	657295418	1996	13
<b>Idade média</b>			<b>07</b>

Fonte: Formulário do transporte escolar e documento dos veículos

**Quadro 4:** Idade dos veículos da frota terceirizada

Veículo / Placa	Nº RENAVAM	Ano	Idade
IBN 8937	571079180	1984	25
IHD 4756	575586610	1971	38
ICK 5824	561293740	1982	27
MBK 8198	745834475	2001	08
LZX-5957	ilegível	1984	25
IHI-2257	657295418	1984	25
<b>Idade média</b>			<b>25</b>

Fonte: Formulário do transporte escolar e documento dos veículos

### **3 VISÃO GERAL DA AUDITORIA**

#### **OBJETIVO GERAL**

3.1. O objetivo geral da auditoria foi verificar se o Município estava oferecendo transporte escolar a todos os alunos da rede pública de ensino que necessitavam deste serviço e avaliar as condições do serviço prestado.

#### **QUESTÕES DE AUDITORIA**

3.2. Para atingir o objetivo geral desta auditoria operacional foram elaboradas três questões:

1ª - Os procedimentos de planejamento e controle adotados pelo Município contribuem para o atendimento da demanda pelo serviço?

2ª - Os procedimentos adotados pelo Município têm garantido a segurança dos usuários do transporte escolar?

3ª - Em que medida a idade do veículo influencia nos custos de manutenção?

#### **RECURSOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR**

3.3. Os recursos para custeio do transporte são provenientes de três fontes: recursos federais, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); recursos estaduais, da Secretaria de Estado da Educação para que o Município execute o transporte dos alunos da rede estadual de ensino; e, por último, recursos municipais.

3.4. Existem, ainda, recursos federais destinados à aquisição de veículos para o transporte escolar do Programa Caminho da Escola, por duas fontes: do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com financiamento através da rede conveniada (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), onde o Município adere ao pregão realizado pelo Governo Federal; e, o convênio entre Município e o FNDE. Ainda, existem recursos do Governo do Estado,

através da Secretaria de Estado de Educação, para aquisição de veículos escolares, via convênio.

## METODOLOGIA UTILIZADA

3.5. A metodologia utilizada para o planejamento da auditoria operacional compreendeu o levantamento de dados e informações sobre o transporte escolar no Estado e nos Municípios catarinenses através de pesquisa documental e internet e solicitação de documentos aos órgãos e entidades envolvidas no processo.

3.6. A visita de estudo às Prefeituras Municipais de Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz foi outra estratégia utilizada para subsidiar o planejamento da auditoria, nas quais possibilitou a aplicação de formulário, como teste-piloto para o futuro envio às Prefeituras, e a aplicação das técnicas SWOT<sup>2</sup>, Diagrama de Verificação de Risco (DVR) e Mapa de processos, para levantamento de dados sobre a realidade do transporte escolar daqueles Municípios.

3.7. Visando o levantamento de informações e a seleção dos Municípios para a realização da auditoria operacional foram enviados formulários sobre o transporte escolar para ser respondido pelas 293 Prefeituras, através do Ofício DAE nº 7744/2009, de 29 de maio de 2009.

3.8. Após a tabulação e a consolidação dos dados remetidos pelas Prefeituras, foi realizada a seleção dos Municípios a serem auditados por meio de uma matriz de risco com oito critérios. O primeiro critério utilizado teve caráter eliminatório: Município que fornece passe escolar aos alunos; e ou outros sete tiveram faixas de pontuação: existência de critérios para a concessão do benefício aos alunos, realização de inspeção nos veículos, idade média da frota, existência de dados históricos do transporte escolar, percentual de recursos próprios aplicados, percentual de alunos transportados em relação aos alunos matriculados em 2009 e Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHm) para a educação.

---

<sup>2</sup>SWOT - técnica de auditoria utilizada para enquadrar aspectos positivos, negativos, oportunidades e ameaças relacionadas a determinado programa de governo ou órgão/entidade (do inglês *Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats*).

3.9. O Município de Cerro Negro foi um dos Municípios selecionados para a auditoria por ter ficado com maior pontuação na matriz de risco.

3.10. Com as informações remetidas pelos Municípios realizou-se a matriz de planejamento para o Município de Cerro Negro, fls.146 a 151.

3.11. Já na execução da auditoria, foi realizada inicialmente a apresentação da matriz de planejamento ao gestor do Município e equipe através de *slides*.

**Figura 1:** Entrevista com responsáveis pelo transporte escolar



Foto 01 em 23/11/2009 – entrevista com gestor

Fonte: TCE/SC

3.12. A metodologia utilizada para a execução da auditoria compreendeu entrevistas com o responsável e equipe pelo transporte escolar, com diretores de escolas municipais e estadual, análise de documentos, observação direta (acompanhamento do transporte escolar nos veículos), registro fotográfico e grupo focal com os condutores de veículos escolares da Prefeitura.

**Figura 2:** Grupo focal



Foto 02 em 24/11/2009 – grupo focal com os condutores de veículos

Fonte: TCE/SC

3.13. Ao final dos trabalhos foi realizada uma reunião com os responsáveis e a equipe do transporte escolar do Município, quando, então, foram preliminarmente apresentadas as principais situações encontradas.

## 4 RESULTADO DA AUDITORIA OPERACIONAL

4.1. O resultado da auditoria operacional no transporte escolar no Município de Cerro Negro está baseado em evidências destacadas na Matriz de Achados que apresenta situações que merecem ações por parte da Prefeitura Municipal.

### VEÍCULOS SEM AUTORIZAÇÃO PARA O TRANSPORTE COLETIVO DE ESCOLARES

4.2. O Código de Trânsito Brasileiro (CTB), Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, apresenta que os veículos escolares devem possuir Autorização para o Transporte Coletivo de Escolares para poderem circular:

Art. 136. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:

I - registro como veículo de passageiros;

II - inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

III - pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

IV - equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;

V - lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VI - cintos de segurança em número igual à lotação;

VII - outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN.

4.3. Os veículos do transporte escolar próprio e terceirizados de Cerro Negro não possuíam Autorização para o Transporte Coletivo de Escolares do Órgão de trânsito, conforme solicitação formal deste documento à Prefeitura e da confirmação pelos condutores dos veículos, quando da realização do grupo focal.

4.4. Conforme, ainda, o art. 137 do CTB, a Autorização para o Transporte Coletivo de Escolares deve estar afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida. Pela observação direta aos veículos

escolares constatou-se que nenhum deles possuía a autorização afixada em seu interior.

4.5. Neste sentido, a Prefeitura deve providenciar a Autorização semestral (licenciamento) junto ao Órgão Estadual de Trânsito e afixá-la nos veículos. Quanto aos contratados do transporte escolar, deve exigir a autorização quando da licitação ou contrato.

### Veículos que transportam alunos sem a identificação de ESCOLAR

4.6. Conforme o inciso III do art. 136 do CTB, para que os veículos escolares obtenham a Autorização para o Transporte Coletivo de Escolares, estes devem estar identificados, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroceria, com o letreiro ESCOLAR.

4.7. Através da observação direta e inspeção dos veículos escolares, percebeu-se que dos veículos inspecionados que realizavam o transporte em novembro de 2009, quando da auditoria *in loco*, três veículos terceirizados (placas IHD-4756, IHI-2257, LZX-5957) não possuíam a identificação de escolar, conforme os registros fotográficos apresentados a seguir:

**Figura 3:** Veículos sem identificação de ESCOLAR



Fonte: TCE/SC

4.8. Ressalta-se que os veículos próprios continuam a expressão ESCOLAR. Contudo, no que se refere aos terceirizados, os contratos nºs 13, 14 e 15 de 2009 não traziam esta exigência, porém seus prazos eram até o final do ano letivo.

4.9. Determina-se à Prefeitura que inclua nas licitações e contratos de serviço terceirizado de transporte coletivo de escolares a exigência da inscrição/dístico “ESCOLAR”, conforme determina o inciso III, do art. 136, do Código de Trânsito Brasileiro.

### **Veículos sem cinto de segurança**

4.10. O cinto de segurança é um equipamento obrigatório dos veículos, conforme o art. 105 do CTB.

4.11. Para que os veículos obtenham a Autorização para o Transporte Coletivo de Escolares, estes devem possuir cintos de segurança em número igual à lotação (art. 136, VI, do CTB).

4.12. Os condutores dos veículos escolares da Prefeitura afirmaram durante a reunião do grupo focal que a maioria dos veículos próprios e terceirizados não possuía cinto de segurança.

4.13. Os condutores dos veículos escolares da Prefeitura e terceirizados afirmaram durante a reunião do grupo focal que a maioria dos veículos não possuía cintos de segurança. Através da observação direta e inspeção dos veículos escolares, foi confirmada a inexistência de cintos em três veículos terceirizados: placas IHD-4756, IHI-4756 e LZX-5957 e em três veículos próprios: placas MAJ-3639, LBB-7305 e LYM-5661, conforme demonstram os registros fotográficos a seguir:

**Figura 4:** Bancos sem cinto de segurança nos veículos próprios e terceirizados



Foto 6 em 24/11/2009 - veículo terceirizado placa IHD 4756



Foto 7 em 25/11/2009 - veículo terceirizado placa LZX 5957



Foto 8 em 24/11/2009 - veículo próprio placa MAJ 3639



Fonte: TCE/SC

4.14. A inexistência do cinto de segurança gera veículos inadequados e inseguros para o transporte de alunos.

4.15. As situações relatadas acima podem estar decorrendo da inexigência da Autorização para Transporte Coletivo de Escolares no processo licitatório e contrato de terceirização do serviço, da inexistência de fiscalização pela Prefeitura do serviço prestado e da não solicitação da respectiva autorização para os veículos da frota própria junto ao órgão estadual de trânsito.

4.16. A Prefeitura deve providenciar os cintos de segurança dos seus veículos e exigir também dos contratados do transporte escolar.

4.17. Portanto, determina-se à Prefeitura Municipal que:

- Providencie semestralmente a Autorização dos veículos próprios para Transporte Coletivo de Escolares junto ao órgão de trânsito competente e a mantenha afixada nos veículos, conforme o art. 136, inciso II e art. 137 do Código de Trânsito Brasileiro;
- Exija dos contratados do transporte escolar (terceirizados), e em futuro processo licitatório, a Autorização para Transporte Coletivo de Escolares emitida pelo órgão de trânsito competente dos veículos que realizam o serviço e a sua renovação a cada semestre, bem como a sua fixação nos veículos, em respeito aos arts. 136 e 137 do Código de Trânsito Brasileiro;
- Exija a identificação de “ESCOLAR” nos veículos terceirizados que realizam o transporte escolar, conforme o art. 136 do Código de Trânsito Brasileiro;

- Exija dos terceirizados a existência de cintos de segurança em número igual ao da lotação dos veículos que realizam o transporte escolar, em atenção aos arts. 105 e 136, VI, do Código de Trânsito Brasileiro.

## VEÍCULOS ESCOLARES EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS

4.18. Verificou-se através da observação direta, registro fotográfico e como foi relatado pelos alunos, a existência de veículos em péssimas condições de conservação, portanto inseguros para o transporte de escolares. Abaixo relata-se algumas situações encontradas.

4.19. Veículo terceirizado placa IHD-4756, ano 1971, seu hodômetro (registrador de quilometragem rodada) não funcionava, bancos do motorista e dos passageiros estavam rasgados e em péssimas condições, alguns bancos quebrados, sem condições de uso, o assoalho do veículo encontrava-se rachado, não existiam cintos de segurança e seus pneus dianteiros estavam “carecas”. Os alunos relataram que o veículo quebrava muito e não conseguiam ir às aulas.

**Figura 5:** Veículo terceirizado IHD-4756

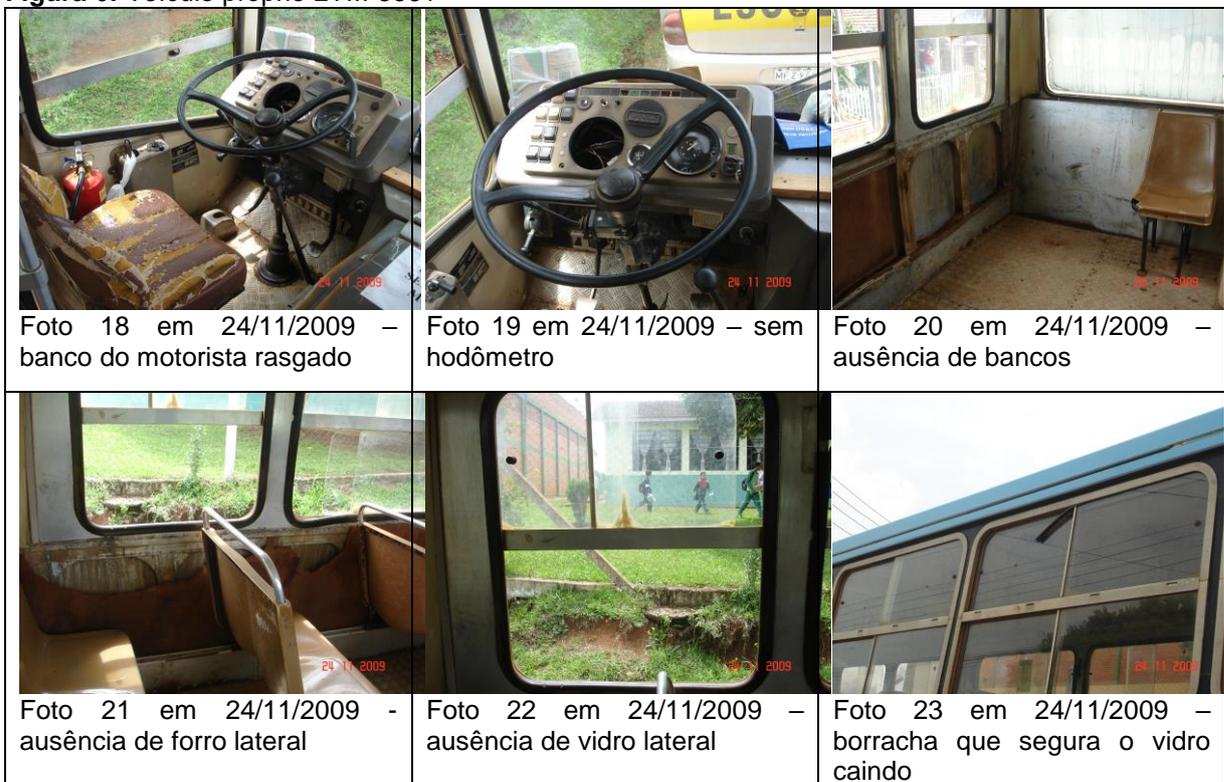




Fonte: TCE/SC

4.20. Veículo próprio LYM-5661, ano 1991, não possuía hodômetro, não tinha cinto de segurança, estava com os bancos rasgados e com falta de bancos. Ainda constatou-se a proteção lateral interna arrancada, a falta de vidros, portanto janelas inexistentes, pois restam buracos laterais, sujeitando as crianças a possíveis quedas do ônibus e borrachas dos vidros soltando, conforme se observa na figura nº 06.

**Figura 6:** Veículo próprio LYM-5661



Fonte: TCE/SC

4.21. Veículo terceirizado LZX-5957, ano 1984, trafega sem cinto de segurança; bancos rasgados, quebrados, amarrados, sem encosto; pneus rasgados e carecas; e, buraco no piso/assoalho.

**Figura 7:** Veículo terceirizado LZX-5957



Fonte: TCE/SC

4.22. Os motoristas afirmaram em reunião (grupo focal) que as condições dos veículos escolares eram precárias, destacando os veículos mais velhos, especialmente os terceirizados.

4.23. Os quadros nº 03 e 04 (pág. 11) demonstram que o Município possuía quatro veículos escolares com idade avançada (13 a 17 anos), já os contratados (terceirizados) possuíam idade entre oito e 38 anos.

4.24. Em entrevista, os diretores de escolas municipais e estadual relataram que os veículos eram velhos e que os alunos reclamavam da precariedade destes, mas ressaltaram que os alunos também contribuíam para a destruição dos ônibus.

4.25. Da análise documental constatou-se a ausência de manutenção preventiva e custos elevados de manutenção, o que demonstrava, também, a precariedade dos veículos próprios.

4.26. O quadro nº 05 revela a progressão dos custos com manutenção em relação à idade do veículo, principalmente daqueles com idade superior a dez anos.

**Quadro 5:** Custos com manutenção

<b>Veículo placa</b>	<b>Idade (anos)</b>	<b>Capacidade</b>	<b>Custo manutenção (2006/2008)</b>	<b>Custo médio manutenção</b>
MFN-4641	03	25 assentos	R\$ 10.699,28	R\$ 3.566,43
MER-0242	05	23 assentos	R\$ 22.263,03	R\$ 7.421,01
MFZ-9440	06	32 assentos	R\$ 30.454,97	R\$ 10.151,66
MDR-1432	06	20 assentos	R\$ 33.701,91	R\$ 11.233,97
MDA-3072	07	08 assentos	R\$ 20.926,63	R\$ 6.975,54
MBX-9556	07	28 assentos	R\$ 33.704,49	R\$ 11.234,83
LBB-7305	13	53 assentos	R\$ 41.978,63	R\$ 13.992,88
KRA-1852	13	43 assentos	R\$ 72.906,75	R\$ 24.302,25
MAJ-3639	17	17 assentos	R\$ 58.140,31	R\$ 19.380,10
LYM-5661	18	42 assentos	R\$ 51.811,07	R\$ 17.270,36

Fonte: Prefeitura Municipal de Cerro Negro

4.27. As causas da precariedade do serviço prestado no transporte escolar de Cerro Negro podem ser a inexigência de critérios no processo licitatório e no contrato de prestação de serviço terceirizado; o descumprimento do Código de Trânsito Brasileiro; a inexistência de avaliação e fiscalização pela Prefeitura; a frota com idade avançada; a falta de manutenção preventiva; a inexistência de controle da frota; a inexistência de planejamento para substituição da frota; a aquisição de veículos com características urbanas para o transporte em áreas rurais; a aquisição de veículos usados e em péssimas condições; e, as estradas rurais em péssimas condições.

4.28. Em relação a estas situações, recomenda-se a Prefeitura que:

- Adote critérios para contratação de serviço terceirizado para o transporte escolar, incluindo a idade máxima do veículo e a Autorização do Órgão competente para o Transporte Coletivo de Escolares;
- Exija no processo licitatório que o serviço seja prestado por veículos adequados para o transporte de escolares;
- Elabore planejamento para a substituição da frota própria dos veículos de transporte escolar com idade superior a dez anos;
- Priorize a aquisição de veículos novos de transporte escolar com características específicas para as estradas do Município;

- Efetue trabalho de conscientização com alunos, pais e professores sobre a importância da conservação dos veículos escolares e comportamento no interior do veículo;
- Efetue manutenção preventiva dos veículos, conforme especificação do fabricante.

4.29. Espera-se, com isso, veículos de transporte escolar adequados e seguro para os alunos, fornecimento do transporte aos alunos em todos os dias letivos e redução nos gastos com manutenção.

#### AQUISIÇÃO DE VEÍCULO USADO EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS

4.30. O Município adquiriu em dezembro de 2006, da empresa Teleônibus Ltda., localizada na BR 101, km 206, Centro, Palhoça, um veículo Mercedes Benz, placa KRA-1852, ano e modelo 1996, no valor de R\$ 65.900,00 (Anexo A).

4.31. Os recursos para aquisição deste veículo foram oriundos de Convênio celebrado com a Secretaria de Estado de Educação (SED), em 2005, no valor de R\$ 98.000,00; sendo R\$ 80.000,00 repassados pela SED e R\$ 18.000,00 a contrapartida do Município.

4.32. Contudo, pela Nota Fiscal nº 12, de 13/12/2005, verificou-se que o Município dispensou apenas R\$ 65.900,00, sendo devolvida à SED a importância de R\$ 14.100,00, em 13/01/2006, conforme ordem de crédito constante da prestação de contas do referido Convênio (Anexo A).

4.33. Os condutores do transporte escolar, quando da realização do grupo focal, informaram que o veículo ônibus placa KRA-1852, com capacidade para 43 alunos sentados, deixou de ser utilizado em 2009.

4.34. Quando da inspeção do veículo KRA-1852, observou-se que este estava sendo utilizado como cozinha e refeitório para os operários, conforme demonstra a figura nº 8:

**Figura 8:** Veículo próprio KRA-1852



Fonte: TCE/SC

4.35. O custo de manutenção do veículo KRA-1852 de 2006 a 2008 foi calculado através de dados obtidos pelos empenhos e notas fiscais de manutenção do veículo, totalizando, entre março de 2006 a junho de 2009, a importância de R\$ 81.022,75.

4.36. Disso, através da reunião com os motoristas do transporte escolar (grupo focal), do registro fotográfico e da análise documental, constatou-se que o veículo KRA-1852 destinado ao transporte de escolares foi adquirido em condições precárias e que o mesmo só teve três anos de uso (2006 a 2008), tendo um alto custo de manutenção.

4.37. Portanto, este veículo custou aos cofres públicos em três anos, somados os custos de aquisição e manutenção, a importância de R\$ 146.922,75. Com um valor inferior a este (R\$ 137.150,00) era possível adquirir um veículo zero quilômetro do Programa federal Caminho da Escola, com ciclo de vida de dez anos.

4.38. Os valores dos veículos do Programa federal Caminho da Escola, extraídos do sítio do FNDE estão colocados no quadro nº 06.

**Quadro 6:** Custo de aquisição de veículos do Caminho da Escola

VEÍCULO	VALOR
Ônibus escolar rural de pequeno porte de até 23 alunos sentados	R\$ 123.000,00
Ônibus escolar rural de médio porte de até 31 lugares	R\$ 137.150,00
Ônibus escolar rural de grande porte de até 54 lugares	R\$ 187.200,00

Fonte: Ministério da Educação 2009

4.39. Estes veículos podem ser financiados em até 72 meses, com prazo de carência de seis meses, acrescidos da TJLP (6% ao ano, em torno de 0,5% ao mês) + 1% ao ano de remuneração do BNDES + 3% ao ano de remuneração da instituição financeira credenciada, ocasionando numa prestação mensal de R\$ 2.720,00; R\$ 3.030,00 e R\$ 4.130,00, respectivamente. Para o cálculo foi utilizado o simulador de matemática financeira, cálculo de prestação mensal em um financiamento com carência<sup>3</sup>.

4.40. Em outra análise, se o valor do Convênio fosse dado como entrada em um financiamento (R\$ 98.000,00), o valor das prestações passaria a ser significativamente menor, ou seja, R\$ 560,00, 870,00 e 1.970,00, respectivamente, com veículos mais seguros e com custos de manutenção significativamente menores.

4.41. As causas para aquisição de veículos usados e, especialmente em condições precárias, podem estar relacionadas ao processo licitatório inadequado, o convênio celebrado com o Estado sem exigências quanto às condições do veículo a ser adquirido e a inexistência de critérios para o transporte escolar.

4.42. Os efeitos podem ser a aquisição de veículos inadequados para o transporte escolar, custos elevados com manutenção, transporte inseguro para os alunos e redução do tempo de uso do veículo pela Prefeitura.

4.43. Diante da situação encontrada, foi elaborada a Informação DAE nº 14/2010 para a Diretoria Geral de Controle deste Tribunal, sugerindo a inclusão desta situação na programação de auditoria para apuração dos fatos.

---

<sup>3</sup> Sítio: <http://pessoal.sercomtel.com.br/matematica/financeira/prestac/prestac2.htm>.

4.44. Deste modo, propõe-se que a Prefeitura:

- Priorize a aquisição de veículos novos com características específicas para as estradas do Município.

4.45. Os benefícios esperados com a aplicação desta recomendação seriam veículos mais seguros para o transporte de alunos, tempo de uso maior pela Prefeitura, a redução do custo de manutenção, bem como a melhor utilização de recursos públicos.

### CONDUTORES DOS VEÍCULOS ESCOLARES

4.46. O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) apresenta que os condutores de veículos escolares devem atender alguns requisitos para o exercício da função:

Art. 138. O condutor de veículo destinado à condução de escolares deve satisfazer os seguintes requisitos:

I - ter idade superior a vinte e um anos;

II - ser habilitado na categoria D;

III - (VETADO)

IV - não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

V - ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN.

4.47. Para verificar a situação dos condutores dos veículos que realizavam o transporte escolar foi realizada uma reunião (grupo focal) com os condutores dos veículos escolares da Prefeitura (próprios e terceirizados) e analisadas as suas pastas funcionais. Já para os contratados (terceirizados) foram analisados os documentos do processo licitatório, os contratos firmados, dentre outros.

### **Condutores dos veículos escolares sem a habilitação na categoria D**

4.48. Os condutores que realizam o transporte escolar, independente do tipo de veículo que conduzem, precisam estar habilitados na categoria "D", conforme o inciso II do art. 138 do CTB.

4.49. Analisou-se a carteira de habilitação dos condutores dos veículos próprios e constatou-se que dos 14 profissionais, três não possuíam a carteira com esta categoria (Anexo B).

4.50. No que tange aos motoristas dos veículos terceirizados, apesar da solicitação junto à Secretaria Municipal de Educação, estas não foram apresentadas, denotando que a Prefeitura quando da contratação não exigiu tal habilitação ou que os motoristas não as possuíam.

### **Condutores dos veículos escolares sem curso especializado**

4.51. Os condutores que realizam o transporte escolar precisam ser aprovados em curso especializado, independente do tipo de veículo que dirigem, conforme o inciso V do art. 138 do CTB e a regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) prevista na Resolução nº 789/1994.

4.52. Segundo a respectiva Resolução, o curso tem por finalidade formar o condutor de veículos escolares para dar condições de permanecer atento para o que ocorre no interior do veículo e externamente, agir de forma adequada e correta no caso de eventualidades, sabendo tomar iniciativas quando houver necessidade, proporcionar segurança satisfatória aos seus passageiros e a si próprio, possuir um relacionamento harmonioso com as crianças, que por ele são transportadas e com a família do escolar, ressaltando sua participação no processo educativo e conhecer e aplicar os preceitos de segurança vistos durante o treinamento, assim como fazer uso dos comportamentos preventivos.

4.53. A mesma Resolução trata da reciclagem dos condutores, estabelecendo prazo máximo de cinco anos, com carga mínima de 16 horas, e abordando as atualizações da legislação, a evolução tecnológica e estudos de caso.

4.54. A Cartilha do Transporte Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), ligado Ministério da Educação também registra que o condutor deve possuir curso de formação de condutor de transporte escolar.

4.55. Durante a reunião com os condutores do transporte escolar do Município constatou-se que, dos 11 participantes apenas três tinham o curso especializado para o transporte escolar, todos eles funcionários da Prefeitura.

4.56. No que tange aos motoristas dos veículos terceirizados, apesar da solicitação junto à Secretaria Municipal de Educação, esta não forneceu nenhuma informação a respeito.

4.57. As causas para o não atendimento ao CTB quanto ao curso especializado e sua renovação podem estar ligadas, para os motoristas da Prefeitura, a inexigência de habilitação na categoria “D” e curso especializado para ocupação do cargo de motorista de transporte escolar e também do oferecimento pela Prefeitura do curso de reciclagem. Já para os contratados pode estar relacionada à inexigência no processo licitatório da habilitação na categoria “D” e do curso especializado.

4.58. Para tanto, determina-se que a Prefeitura:

- Exija, no processo licitatório e no contrato de prestação de serviço de transporte escolar (terceirizado), a habilitação na categoria “D” e curso especializado dos condutores dos veículos, inclusive curso de reciclagem, em respeito aos incisos II e V do art. 138 do Código de Trânsito Brasileiro;
- Exija, na nomeação para o cargo de motorista escolar da Prefeitura, a habilitação na categoria “D” e curso especializado para os condutores, inclusive para os contratados em caráter temporário, em respeito ao art. 138 do Código de Trânsito Brasileiro;
- Exija dos funcionários que atuam na função de condutor de veículos escolares a habilitação na categoria “D”, em respeito ao inciso II do art. 138 do Código de Trânsito Brasileiro;
- Providencie curso especializado para os funcionários que atuam na função de condutor de veículos escolares que ainda não o possuem e, periodicamente, curso de reciclagem, em respeito ao inciso V do art. 138 do Código de Trânsito Brasileiro e à Resolução Contran nº 789/1994.

## CARONA NOS VEÍCULOS ESCOLARES

4.59. Os veículos escolares são destinados exclusivamente para o transporte dos alunos de sua residência à escola e da escola à sua residência. O Ministério da Educação, através do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), transfere recursos financeiros, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, destinados a custear a oferta de transporte escolar

aos alunos da educação básica pública residentes em área rural, com o objetivo de garantir o acesso à educação (art. 2º da Resolução nº 14 de 8 de abril de 2009), contribuindo, assim, para a diminuição dos índices de repetência e evasão escolar. Ou seja, esta verba é destinada exclusivamente para o transporte de estudantes da rede pública de ensino e não para particulares.

4.60. A Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina também repassa recursos ao Município para este transportar os alunos da rede estadual.

4.61. Do mesmo modo dos recursos federais, os recursos estaduais transferidos ao Município são destinados exclusivamente para custear o transporte dos estudantes que residem no Município e estudam na rede estadual de ensino.

4.62. Na entrevista realizada com o gestor, este informou a existência de carona, porém ressaltou como justificativa a inexistência de linhas regulares de ônibus do interior para a cidade.

4.63. Em reunião (grupo focal) realizada com os condutores, estes afirmaram que todos davam carona, ou seja, bastava estar no ponto de ônibus que era transportado.

4.64. Confirmou-se através de registro fotográfico a ocorrência de carona nos ônibus próprios e terceirizados. Os “caroneiros” ficavam na frente da escola aguardando a chegada dos veículos escolares para retornarem às suas casas.

4.65. A figura nº 09 evidencia a existência de “caroneiros” nos veículos escolares.

**Figura 9:** Caronas nos veículos escolares em frente à escola estadual



Foto 33 em 24/11/2009 – veículo terceirizado placa IHD 4756 superlotado e com caroneiro sentado



Foto 34 em 25/11/2009 – veículo terceirizado placa LZX 5957 superlotado e com caroneiro em pé

Fonte: TCE/SC

4.66. As causas da ocorrência de carona no transporte escolar podem ser o costume local, a inexistência de linha de transporte coletivo e a inexistência de fiscalização do serviço prestado.

4.67. Os efeitos podem ser a superlotação dos veículos e alunos transportados em pé prejudicando a segurança do transporte.

4.68. Desta forma, determina-se que a Prefeitura:

- Proíba o transporte de não-alunos nos veículos escolares, exceto professores;
- Fiscalize o transporte escolar quanto à existência de carona.

4.69. Os benefícios esperados da aplicação das recomendações são alunos transportados com segurança, ou seja, para cada assento o cinto de segurança em igual número da lotação, no atendimento do inciso VI, do art. 136, do CTB.

#### INEXISTÊNCIA DE CONTROLE DE FROTA

4.70. A comprovação da despesa pública no caso de combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos é pela nota fiscal. Esta deve conter a identificação do número da placa e a quilometragem registrada no hodômetro, adotando-se procedimento análogo nas despesas em que seja possível aplicar, é o que define a Resolução nº TC-16/94, art. 60, parágrafo único.

4.71. O controle dos custos da frota de veículos deve ser adotado para a realização do planejamento, da execução e futura programação da despesa. Além disso, serve para verificar se os veículos estão com despesas de manutenção maior do que o programado e para prever nova aquisição de veículos. Estes controles estão previstos na Lei Complementar nº 101/2000, no art. 50, § 3º: “A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.”

4.72. Diversas evidências da inexistência do controle de frota foram constatadas, tais como entrevista com os gestores, o grupo focal e a análise documental.

4.73. Na entrevista realizada com o gestor (Prefeito, Secretária da Educação e Controle Interno) estes informaram da inexistência de fichas individualizadas por veículo para controle do consumo de combustível e da manutenção dos veículos.

4.74. Entretanto, em reunião com os condutores (grupo focal) estes afirmaram que todos os veículos possuíam a ficha individual em que eram anotadas a quilometragem e o abastecimento. Afirmaram, ainda, que os veículos que estavam sem hodômetro ou com o hodômetro quebrado, que eram a maioria, só anotavam o abastecimento na ficha individualizada.

4.75. Foram requisitadas as fichas de controle dos veículos, mas não foram apresentadas. Ainda, solicitou-se as notas ou cupons fiscais de aquisição de combustível, sendo que foi constatada em diversas notas a não identificação do veículo abastecido, bem como a não marcação da quilometragem.

4.76. As causas para a inexistência de controle de frota podem ser a inexigência no contrato de fornecimento de combustíveis da individualização da nota fiscal por veículo pelo fornecedor; descumprimento do contrato quanto ao fornecimento de combustíveis sem a anotação da placa do veículo, da quilometragem e da individualização da nota fiscal pelo fornecedor.

4.77. Os efeitos da não existência de controle de frota são a impossibilidade de planejamento para compra de veículos novos; a descontinuidade do serviço por problemas mecânicos; e, o desconhecimento dos custos individuais de manutenção e abastecimento dos veículos.

4.78. Deste modo, determina-se a Prefeitura que:

- Institua um sistema de controle de frota e programe a emissão de relatórios sobre consumo médio de combustíveis e custo de manutenção, bem como porcentagem de acréscimo de custo anual por veículo, dentre outros, conforme determina o parágrafo terceiro do art. 50, da Lei Complementar nº 101/2000;
- Exija, no contrato de fornecimento de combustíveis e na prática, a individualização da nota fiscal pelo fornecedor, com a anotação da placa do veículo e a quilometragem, conforme determina o art. 60 da Resolução TC 16/94.

4.79. Os benefícios esperados do controle da frota são o conhecimento da situação real dos veículos para tomada de decisões, a disponibilização de dados dos veículos para gerenciamento da frota e a produção de indicadores.

### SUPERLOTAÇÃO DOS VEÍCULOS ESCOLARES

4.80. O art. 136, inciso VI, do CTB dispõe que os veículos escolares devem possuir cintos de segurança em número igual ao da lotação, isto indica que só é permitida a condução de alunos sentados. Já o art. 137 proíbe o transporte de estudante, por veículo escolar, em número superior ao número de assentos.

Art. 137 – A autorização a que se refere o artigo anterior deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, **sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.** (grifo nosso)

4.81. Os primeiros indícios de superlotação foram colhidos no formulário enviado por este Tribunal às Prefeituras catarinenses em maio de 2009, que dos 15 veículos arrolados, doze apresentaram superlotação, sendo oito veículos da frota própria e quatro da terceirizada, conforme quadro nº 07.

**Quadro 7:** Lotação nos veículos escolares por turno

PLACA	ASSENTOS	MATUTINO	SUPER-LOTAÇÃO	VESPERTINO	SUPER-LOTAÇÃO	NOTURNO	SUPER-LOTAÇÃO
MFN-4621	25	28	+3	9	-16	8	-17
MAJ-3639	48	50	+2	0	0	0	0
LBB-7305	53	54	+1	0	0	0	0
MFZ-9440	32	17	-15	0	0	40	+8
MDR-1432	20	22	+2	24	+4	0	0
MDA-3072	8	22	+14	30	+22	0	0
MER-0242	23	14	-9	8	-15	0	0
MGO-5779	15	15	0	0	0	0	0
MGO-5339	8	17	+9	9	+1	0	0
MBX-9556	28	14	-14	6	-22	0	0
LYM-5661	42	89	+47	0	0	0	0
IBN-8937	42	0	0	90	+48	0	0
IHD-4756	40	90	+50	0	0	0	0
ICK-5824	45	70	+25	0	0	0	0
MBK-8198	8	18	+8	18	+10	10	+2

Fonte: Formulário enviado a este Tribunal em junho de 2009

4.82. Os motoristas destacaram na reunião (grupo focal) que existia superlotação nas linhas Barra do Salto e Raitz com alunos transportados para a

escola estadual. Há relatos de motoristas que confirmam dados do quadro n<sup>o</sup> 07 que têm veículos transportando mais de 80 alunos.

4.83. Na reunião com os gestores do transporte escolar (Prefeito, Secretária da Educação e Controle Interno) afirmaram que havia reclamação dos pais pelo excesso de alunos nos ônibus de três linhas que vinham das localidades de Salto e São Roque.

4.84. O registro fotográfico dos veículos LZX-5957, LYM-5661 e IHD-4756, corrobora as evidências anteriores.

**Figura 10:** Superlotação



Fonte: TCE/SC

4.85. As causas da superlotação podem ser a não utilização da capacidade do veículo para a programação do transporte escolar; a existência de carona; a ausência de assentos e assentos quebrados; a frequência elevada de veículos parados por problemas mecânicos e ausência de veículo reserva; e, a substituição de veículos quebrados por veículos com menor capacidade.

4.86. Os efeitos eram o transporte inseguro para os alunos, isto é, alunos transportados em pé ou sentados em quantidade maior do que a capacidade do banco.

4.87. Deste modo, determina-se a Prefeitura que:

- Utilize a capacidade dos veículos estabelecida pelos fabricantes para planejar o transporte escolar, a fim de evitar a ociosidade da capacidade ou a superlotação (remanejar veículos pela lotação), conforme dispõe os arts. 136, inciso VI e 137, do Código de Trânsito Brasileiro;
- Disponibilize a quantidade de veículos que atenda ao número de alunos a serem transportados de forma que haja assento para todos.

4.88. O benefício esperado é alunos transportados com segurança.

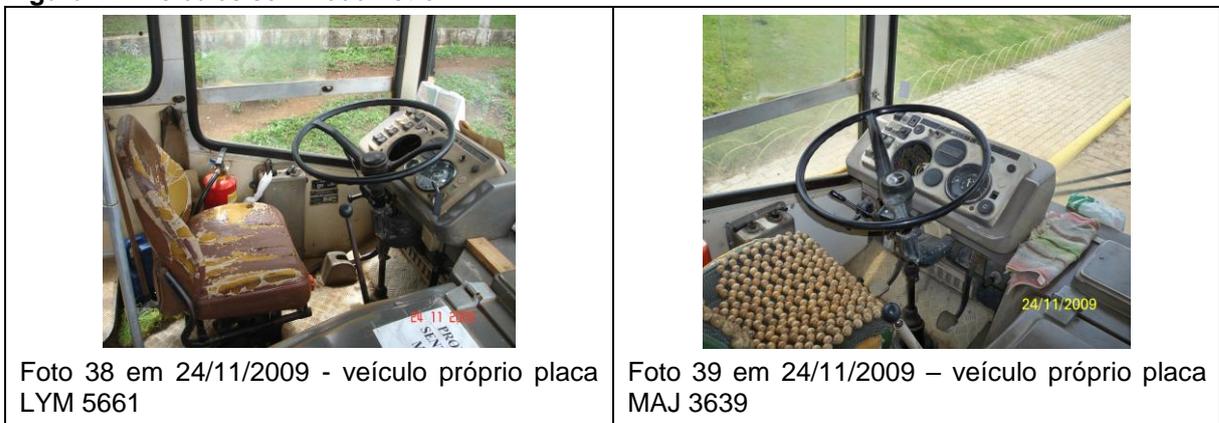
### VEÍCULOS SEM HODÔMETRO OU COM O HODÔMETRO QUEBRADO

4.89. Hodômetro é um instrumento que os veículos possuem no painel destinado a medir a distância percorrida, ou seja, marca os quilômetros rodados pelo veículo. A inexistência deste equipamento impossibilita manter o controle efetivo da frota, principalmente quanto à quilometragem rodada e o custo do quilômetro rodado com combustível. Este controle está previsto no parágrafo 3º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, conforme discorrido no parágrafo 4.71.

4.90. Em reunião (grupo focal) com os condutores dos veículos escolares, estes afirmaram que os hodômetros foram furtados quando os veículos estavam na garagem da Prefeitura.

4.91. Constatou-se a ausência dos hodômetros nos seguintes veículos placas MAJ-3639 e LYM-5661, conforme figura nº 11.

**Figura 11:** Veículos sem hodômetro



Fonte: TCE/SC

4.92. As causas para a existência de veículos sem hodômetro ou com hodômetro quebrado são o furto, a falta de reposição e a falta de manutenção dos mesmos.

4.93. Os efeitos são a impossibilidade de manter o controle efetivo da frota e atendimento do CTB, quanto à obtenção da autorização para o transporte coletivo de escolares.

4.94. Desta forma, determina-se à Prefeitura que providencie hodômetros em perfeito funcionamento para os veículos da frota própria que realizam o transporte escolar.

4.95. Os benefícios esperados com esta recomendação são o controle eficaz da quilometragem rodada e do consumo médio de combustível por veículo.

### UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA OUTROS FINS

4.96. Através da análise dos documentos solicitados ao Município relativos ao abastecimento de combustível e manutenção dos veículos do transporte de escolares, constatou-se a existência de gasto de recursos destinados ao transporte escolar para outros fins.

4.97. As notas fiscais, dentre outras, relacionadas no quadro nº 08 se referem a veículos que não eram do transporte escolar, porém seus empenhos os relacionavam como veículos escolares (Anexo C).

**Quadro 8:** Abastecimento e manutenção de veículos não utilizados no transporte escolar

EMPENHO	DATA	NOTA FISCAL	PLACA	VEÍCULO	VALOR (R\$)
1296/08	02/05/08	3033	MCX-0704	Eco Sport vinculada ao gabinete do Prefeito	10,00
1296/08	02/05/08	3034	MCB-4841	Caçamba da Secretaria de Obras	150,00
879/06	03/04/06	2293	MDA-3112	Gol	190,00
879/06	03/04/06	2294	MCH-8162	Parati	192,00
879/06	03/04/06	2291	LWT-7148	Caminhão	41,00
881/06	03/04/06	2292		Trator TL 75	56,50
1041/08	01/04/08	3006		Trator 265	113,00
1041/08	01/04/08	3004		Trator TL 75	35,00
1041/08	01/04/08	3001		Trator MF 275	270,00
1522/08	12/05/08	2963		Trator MF 275	45,00
1522/08	12/05/08	2967		Trator TL 75	80,00
1523/08	112/05/08	2964	MCX-0704	Eco Sport do Prefeito	90,00
1117/06	02/05/06	15508	MCX-0704	Eco Sport do Prefeito	372,00
1114	02/05/06	Recibo s/n	MCX-0704	Eco Sport do Prefeito	372,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Cerro Negro

4.98. Uma das causas da existência destas despesas misturadas a despesas de veículos do transporte escolar e pagas com recursos destinados ao transporte de alunos pode ser a ausência de fiscalização.

4.99. O efeito era a diminuição de recursos destinados ao transporte de escolares.

4.100. Isto posto, recomenda-se que o Município utilize os recursos do transporte escolar exclusivamente para esta finalidade.

4.101. O benefício esperado é a correta destinação dos recursos do transporte escolar.

## 5 ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS DO GESTOR

5.1. Foi remetida a Matriz de Achados Preliminar com os resultados da auditoria à Prefeitura de Cerro Negro, através do Ofício DAE nº 18.349, de 20 de novembro de 2009, para manifestações.

5.2. Por meio do Ofício nº 05/2010, de 15 de janeiro de 2010, protocolado neste Tribunal em 03/02/2010, a Prefeitura Municipal de Cerro Negro, através do Prefeito, informou que apesar das dificuldades encontradas pelo Município, este se compromete a cumprir as determinações e recomendações.

Considerando as dificuldades naturais enfrentadas por um Município de pequeno porte e de grande extensão territorial, deficiente em infraestrutura de estradas e com poucos recursos para a manutenção das mesmas, vimos através desta assumir o compromisso que serão atendidas dentro das possibilidades as recomendações e as exigências constatadas pela auditoria realizada por esta Diretoria.

5.3. O Prefeito informou, ainda, que já adotou algumas medidas e encaminhou outras, visando sanar os problemas apontados pelo TCE/SC, como:

- a) licitação para contratação de serviço de transporte escolar, incluindo a exigência de apresentação da Autorização para o Transporte Coletivo de Escolares, veículos adequados, cintos de segurança e idade máxima de dez anos;
- b) início de procedimento de controle de frota;
- c) realização de concurso para o cargo de condutor;
- d) fiscalização periódica do transporte escolar;
- e) assinatura do termo de adesão ao Programa federal Caminho da Escola, em 21 de dezembro de 2009, para aquisição de três ônibus escolares para atender as linhas que eram terceirizadas.

5.4. Denota-se que as manifestações apresentadas apenas reforçam as constatações apontadas e que, portanto, não há alterações a serem feitas na Matriz de Achados e nas determinações e recomendações contidas deste Relatório de Auditoria.

## 6 CONCLUSÃO

6.1 A auditoria operacional realizada no Município de Cerro Negro foi executada no período de 23 a 27 de novembro de 2009, após o levantamento de dados sobre a realidade do transporte escolar nos 293 Municípios do Estado.

6.2 As informações coletadas no levantamento registraram que a situação do transporte escolar no Estado tem indícios de precariedade e insegurança na maioria dos Municípios, principalmente nos de menor porte, em que a população se concentra na zona rural.

6.3 As principais constatações apontaram para a frota de veículos escolares com idade avançada e veículos circulando sem autorização do poder competente.

6.4 Para os três Municípios fiscalizados no final de 2009 constatou-se, ainda, a má conservação dos veículos, a superlotação e a existência de caronas.

6.5 Neste contexto realizou-se auditoria operacional no transporte escolar do Município de Cerro Negro com intuito de verificar se o Município estava oferecendo transporte a todos os alunos da rede pública de ensino que necessitam deste serviço e avaliar as condições do serviço prestado.

6.6 Como síntese do exposto ao longo deste relatório, constatou-se a existência de veículos sem a autorização para o transporte coletivo de escolares, sem identificação como ESCOLAR e sem cinto de segurança, em desobediência ao art. 136, do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

6.7 A frota própria era composta de 12 veículos, sendo que quatro deles tinham mais de dez anos de uso. Já a frota terceirizada, composta de seis veículos, tinha idade média de 25 anos, sendo que um deles tinha 38 anos de uso. Além disso, alguns veículos estavam em péssimas condições, com bancos quebrados, amarrados com borracha ou arame, espaços sem bancos, pois quebraram e não foram substituídos, piso rachado, buracos no piso, assoalho afundando, fiação aparente, etc. Essa situação foi encontrada tanto nos veículos próprios quanto terceirizados. Nos veículos próprios constataram-se, especialmente nos de maior tempo de uso, custos elevados de manutenção.

6. 8 Observou-se, ainda, que a municipalidade adquiriu no final de 2005 um veículo usado, ano 1996, no valor de R\$ 65.900,00, em precárias condições. Porém o Município conseguiu, com manutenções elevadíssimas, da ordem de R\$ 81.022,75 entre os anos de 2006 a 2009 fazê-lo funcionar. Contudo, em 2009, este foi transformado em refeitório e cozinha para os operários da Secretaria de Obras, pois não tinha mais condições de uso. O custo de aquisição e manutenção, em três anos, consumiu recursos do transporte escolar da ordem de R\$ 146.922,75, sendo que este valor pagaria um veículo zero quilômetro pelo Programa federal Caminho da Escola. A aquisição deu-se com recursos via convênio celebrado com o Governo do Estado, no valor de R\$ 98.000,00, sendo que deste valor constava a contrapartida de R\$ 18.000,00, do Município. Entretanto, não foram utilizados recursos da contrapartida e, ainda, foram devolvidos R\$ 14.100,00 ao Governo estadual.

6. 9 Ademais, com relação aos condutores de veículos escolares, próprios e terceirizados, verificou-se a existência destes sem a habilitação e a capacitação necessária.

6. 10 Com relação a “caronas”, vários indícios foram colhidos, desde a confirmação pelos gestores, diretores de escolas e motoristas até a constatação pela equipe de auditoria de que estes “caroneiros” ficavam na frente da escola esperando os veículos escolares estacionar para embarcarem com suas respectivas bagagens e retornarem ao interior do Município. Desta forma, tiravam o lugar dos alunos nos ônibus destinados ao transporte de escolares e colaboravam, também, para a superlotação dos mesmos.

6. 11 No que concerne ao controle da frota, este não existia. Foram encontrados problemas no contrato com o posto de abastecimento de combustíveis, que não exigia que este individualizasse as notas e cupons fiscais por veículo, bem como, a anotação no documento fiscal da placa do veículo e quilometragem. Com relação ao controle da quilometragem rodada, vários veículos estavam sem hodômetro ou com este estragado, impossibilitando o cálculo do consumo médio de combustível por veículo e o controle efetivo da frota. Ademais, existiam problemas com relação às fichas dos veículos, apesar de os motoristas afirmarem que elas existiam, a Prefeitura não conseguiu localizá-las para verificação. O correto preenchimento é fundamental para que se possa ter o controle da frota, tanto no que tange ao consumo de combustível quanto da manutenção dos veículos escolares.

6.12 E por último, foi constatada a superlotação nos veículos escolares. Havia veículos com capacidade máxima de 40 pessoas sentadas transportando 80 passageiros, entre professores, alunos e “caronas”.

6.13 Todas estas situações culminaram em determinações e recomendações ao Município de Cerro Negro, as quais, depois de implementadas, promoverão melhoria no atendimento aos estudantes, nas condições do transporte e na gestão do serviço.

## **7 PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO**

7.1. À vista do exposto no presente Relatório de Auditoria Operacional na modalidade de desempenho, referente ao resultado obtido pela análise do Transporte Escolar do Município de Cerro Negro, realizado no período de 23 a 27 de novembro de 2009, pela Diretoria de Atividades Especiais (DAE), com fulcro no artigo 59, inc. V da Constituição Estadual c/c art. 1º, inc. V, da Lei Complementar nº 202/2000, que possa o Tribunal Pleno conhecer o presente Relatório, propondo-se pelo seguinte:

7.2. **CONHECER** o Relatório de Auditoria nº xx/2010, resultante da auditoria operacional realizada no transporte escolar público do Município de Cerro Negro com abrangência aos exercícios 2006 a 2009.

7.3. **DETERMINAR** ao Município de Cerro Negro, o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Decisão no Diário Oficial Eletrônico do TCE, para que o titular da Unidade Gestora apresente Plano de Ação (modelo apenso), estabelecendo responsáveis, atividades e prazos para o cumprimento das determinações e recomendações, nos termos do art. 5º, da Instrução Normativa nº TC-03/2004:

### **7.4. Determinações:**

7.4.1. Providenciar semestralmente a Autorização dos veículos próprios para o Transporte Coletivo de Escolares junto ao órgão de trânsito competente e mantê-la afixada nos veículos, conforme o art. 136, inciso II e art. 137 do Código de Trânsito Brasileiro (parágrafo 4.17);

7.4.2. Exigir dos contratados do transporte escolar (terceirizados), e em futuro processo licitatório, a Autorização para o Transporte Coletivo de Escolares emitida pelo órgão de trânsito competente dos veículos que realizam o serviço e a sua renovação a cada semestre, bem como a sua fixação nos veículos, em respeito aos arts. 136 e 137 do Código de Trânsito Brasileiro (parágrafo 4.17);

7.4.3. Incluir nas licitações e contratos de serviço terceirizado de transporte coletivo de escolares a exigência da inscrição/dístico “ESCOLAR”, conforme determina o inciso III, do art. 136, do Código de Trânsito Brasileiro (parágrafo 4.9);

- 7.4.4. Exigir a identificação de “ESCOLAR” nos veículos terceirizados que realizam o transporte escolar, conforme art. 136 do Código de Trânsito Brasileiro (parágrafo 4.17);
- 7.4.5. Exigir dos terceirizados a existência de cintos de segurança em número igual ao da lotação dos veículos que realizam o transporte escolar, em atenção aos arts. 105 e 136, VI, do Código de Trânsito Brasileiro (parágrafo 4.17);
- 7.4.6. Exigir no processo licitatório e no contrato de prestação de serviço de transporte escolar (terceirizado), a habilitação na categoria “D” e curso especializado dos condutores de veículos, inclusive curso de reciclagem, em respeito aos incisos II e V do art. 138 do Código de Trânsito Brasileiro (parágrafo 4.58);
- 7.4.7. Exigir na nomeação para o cargo de motorista escolar da Prefeitura a habilitação na categoria “D” e curso especializado para os condutores dos veículos, inclusive para os contratados em caráter temporário, em respeito ao art. 138, do Código de Trânsito Brasileiro (parágrafo 4.58);
- 7.4.8. Exigir dos funcionários que atuam na função de condutor de veículos escolares a habilitação na categoria “D”, em respeito ao inciso II do art. 138, do Código de Trânsito Brasileiro (parágrafo 4.58);
- 7.4.9. Providenciar o curso especializado para os funcionários que atuam na função de condutor de veículos escolares que ainda não possuem e, periodicamente, curso de reciclagem, em respeito ao inciso V do art. 138 do Código de Trânsito Brasileiro e à Resolução Contran nº 789/1994 (parágrafo 4.58);
- 7.4.10. Instituir um sistema de controle de frota e programar a emissão de relatórios sobre consumo médio de combustíveis e custo de manutenção, bem como porcentagem de acréscimo de custo anual por veículo, dentre outros, conforme determina o parágrafo terceiro do art. 50, da Lei Complementar nº 101/2000 (parágrafo 4.78);
- 7.4.11. Exigir no contrato de fornecimento de combustíveis e na prática a individualização da nota fiscal pelo fornecedor, com a anotação da placa do veículo e a quilometragem, conforme determina o art. 60 da Resolução TC 16/94 (parágrafo 4.78);
- 7.4.12. Exigir na licitação e contratos futuros de fornecimento de combustíveis a individualização do cupom ou nota fiscal por placa de veículo, facilitando o controle da frota conforme determina o art. 60 da Resolução TC 16/94 (parágrafo 4.78);

7.4.13. Utilizar a capacidade dos veículos estabelecida pelos fabricantes para planejar o transporte escolar, a fim de evitar a ociosidade da capacidade ou a superlotação, conforme dispõe os arts. 136, inciso VI e 137, do Código de Trânsito Brasileiro (parágrafo 4.87).

7.5. **Recomendações:**

7.5.1. Exigir no processo licitatório que o serviço prestado por veículos adequados para o transporte de escolares (parágrafo 4.28);

7.5.2. Elaborar planejamento para a substituição da frota própria dos veículos de transporte escolar com idade superior a dez anos (parágrafo 4.28);

7.5.3. Efetuar trabalho de conscientização com alunos, pais e professores sobre a importância da conservação dos veículos escolares e comportamento no interior do veículo (parágrafo 4.28);

7.5.4. Priorizar a aquisição de veículos novos de transporte escolar com características específicas para as estradas do Município (parágrafo 4.28);

7.5.5. Efetuar manutenção preventiva dos veículos, conforme especificação do fabricante (parágrafo 4.28);

7.5.6. Adotar critérios para contratação de serviço terceirizado para o transporte escolar, incluindo a idade máxima do veículo e a Autorização do Órgão competente para o Transporte Coletivo de Escolares (parágrafo 4.28);

7.5.7. Proibir o transporte de não-alunos nos veículos escolares, exceto professores (parágrafo 4.68);

7.5.8. Fiscalize o transporte escolar quanto à existência de carona (parágrafo 4.68);

7.5.9. Disponibilizar a quantidade de veículos que atenda ao número de alunos a serem transportados de forma que haja assento para todos (parágrafo 4.87);

4.102. Providenciar hodômetros em perfeito funcionamento para os veículos da frota própria que realizam o transporte escolar (parágrafo 4.94);

7.5.10. Utilizar os recursos do transporte escolar exclusivamente para esta finalidade (parágrafo 4.100).

7.6. **INDICAR** responsável de contato da Prefeitura Municipal para atuar como canal de comunicação na fase de monitoramento com o TCE/SC, na fase de monitoramento.

7.7. **ENCAMINHAR** cópia do presente Relatório, Voto e Decisão que vierem a ser adotados pelo Tribunal para:

- Prefeitura Municipal de Cerro Negro;
- Ministério Público do Estado de Santa Catarina – Coordenadoria-Geral do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude;
- Câmara Municipal de Vereadores de Cerro Negro;
- Comando-Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, para atuação na fiscalização do transporte escolar.

Florianópolis, 15 de abril de 2010.

Gláucia da Cunha  
Auditora Fiscal de Controle Externo  
Coordenadora da Auditoria

Leonir Santini  
Auditor Fiscal de Controle Externo

Michelle Fernanda De Conto  
Auditora Fiscal de Controle Externo  
Chefe da Divisão 3

De acordo  
À consideração do Diretor da DAE.  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Célio Maciel Machado  
Auditor Fiscal de Controle Externo  
Coordenador de Controle



De acordo. Encaminhar ao Conselheiro  
Relator do Processo.  
DAE, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Kliwer Schmitt  
Auditor Fiscal de Controle Externo  
Diretor

## 8 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 64/2010 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.503**, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro, Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente, Brasília, 1990.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília, 1996.

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO. Aprova as normas gerais do curso de treinamento de condutores de veículos de transporte de escolares. **Resolução nº 789**, de 13 de dezembro de 1994, Brasília, 1994.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar nº 381**, de 28 de abril de 2007. Dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual, Florianópolis, 2007.



## **APÊNDICES**



**APÊNDICE A**  
**MATRIZ DE ACHADOS**

## MATRIZ DE ACHADOS

<b>Processo:</b> RLA 09/00642327
<b>Assunto:</b> Auditoria Operacional no Transporte Escolar do Município de Cerro Negro
<b>Objetivo Geral da Auditoria:</b> Verificar se o município está oferecendo transporte escolar a todos os alunos da rede pública de ensino que necessitam deste serviço e avaliar as condições do serviço prestado.
<b>Área de Interesse da Auditoria:</b> Educação

Situação Encontrada	Critério	Análises e Evidências	Causas	Efeitos	Determinações e Recomendações	Benefícios Esperados
A) Veículos próprios e terceirizados sem autorização para transporte coletivo de escolares.	Autorização para transporte coletivo de escolares: art. 136 e 137 do Código de Trânsito Brasileiro.	A) Solicitação de documentos: não apresentação da autorização para transporte coletivo de escolares. A) Observação direta e registro fotográfico: inexistência de autorização para transporte coletivo de escolares afixada nos veículos.	- Não exigência da autorização para transporte coletivo de escolares no processo licitatório com os terceirizados. - Inexistência de fiscalização do serviço.	- Condições precárias dos veículos. - Veículos inadequados e inseguros para o transporte de alunos. - Proprietário do veículo sujeito às penalidades do Código de Trânsito Brasileiro. - Alunos sem utilizar o cinto de segurança;	<b>Determinações:</b> - Providenciar semestralmente a Autorização dos veículos próprios para Transporte Coletivo de Escolares junto ao órgão de trânsito competente e mantê-la afixada nos veículos, conforme o art. 136, inciso II e art. 137 do Código de Trânsito Brasileiro. - Exigir dos contratados do transporte escolar (terceirizados), e em futuro processo licitatório, a Autorização para Transporte Coletivo de Escolares emitida pelo órgão de trânsito competente dos veículos que realizam o serviço e a sua renovação a cada semestre, bem como a sua fixação nos veículos, em respeito aos arts. 136 e 137 do Código de Trânsito Brasileiro. - Exigir a identificação de “ESCOLAR” nos veículos terceirizados que realizam o transporte escolar, conforme o art. 136 do Código de Trânsito Brasileiro; - Incluir nas licitações e contratos de serviço terceirizado de transporte coletivo de escolares a exigência da inscrição/dístico “ESCOLAR”, conforme determina o inciso III, do art. 136, do Código de Trânsito Brasileiro. - Exigir dos terceirizados a existência de cintos de segurança em número igual ao da lotação dos veículos que realizam o transporte escolar, em atenção aos arts. 105 e 136, VI, do Código de Trânsito Brasileiro.	- Veículos adequados e transporte seguro para os alunos.
B) Veículos próprios e terceirizados sem identificação de ESCOLAR transportando alunos.	Veículos com identificação de ESCOLAR: art. 136 e 317 do Código de Trânsito Brasileiro.	A) Observação direta e análise documental: veículos que transportam alunos com identificação de escolar sem autorização. C) Observação direta: diversos veículos sem cinto de segurança.	- Não solicitação de autorização para o transporte coletivo de escolares junto ao órgão estadual de trânsito.			
C) Veículos próprios e terceirizados sem cinto de segurança.	Cinto de Segurança: Art. 105, II, do Código de Trânsito Brasileiro.	A, C) Grupo Focal: afirmação dos condutores dos veículos da inexistência de autorização para transporte coletivo de escolares e veículos sem cinto de segurança. B) Registro fotográfico: veículos que transportam alunos sem identificação de escolar.				

Situação Encontrada	Critério	Análises e Evidências	Causas	Efeitos	Determinações e Recomendações	Benefícios Esperados
D) Veículos escolares próprios e terceirizados em condições precárias.	<p>Veículos com autorização: art. 136, do Código de Trânsito Brasileiro.</p> <p>Idade máxima dos veículos não superior a 10 anos: Programa Caminho da Escola.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Observação direta e registro fotográfico: veículos com banco quebrado, espelho retrovisor quebrado, lanterna quebrada, banco rasgado, piso com buraco, piso rachado, bancos sem condições de uso, fiação aparente, assoalho afundando.</li> <li>- Grupo focal: os condutores relataram que os veículos são antigos, e que especialmente os terceirizados em situação precária.</li> <li>- Entrevista com os diretores das escolas: os alunos reclamam do estado dos ônibus que estão precários, bancos quebrados, amarrados ou simplesmente os bancos estragados foram retirados do ônibus.</li> <li>- Análise documental: Notas de empenho referente aos anos de 2006 a 2008 demonstram somente manutenções corretivas e elevados custos de manutenção.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inexigência de critérios no processo licitatório e no contrato.</li> <li>- Descumprimento de cláusula do contrato e do Código de Trânsito Brasileiro.</li> <li>- Inexistência de avaliação e fiscalização da frota pela Prefeitura.</li> <li>- Frota com idade avançada.</li> <li>- Falta de manutenção preventiva.</li> <li>- Inexistência de controle da frota.</li> <li>- Inexistência de planejamento para substituição da frota.</li> <li>- Aquisição de veículos com características urbanas para o transporte em área rural.</li> <li>- Aquisição de veículos usados.</li> <li>- Estradas rurais em más condições.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Contratação de veículos inadequados para o transporte escolar.</li> <li>- Custos elevados com manutenção.</li> <li>- Transporte inseguro para os alunos (alunos transportados em pé ou sentados em quantidade maior do ideal).</li> <li>- Compra de veículos usados em más condições.</li> <li>- Impossibilidade de obter autorização para o transporte escolar</li> <li>- Alunos sem freqüentar as aulas, quando os veículos quebram.</li> <li>- Descontinuidade do serviço, por problemas mecânicos.</li> <li>- Veículos parados por problemas mecânicos.</li> <li>- Inexistência de norma quanto à idade máxima e a manutenção preventiva.</li> <li>- Inexistência de critérios no processo licitatório e no contrato de prestação de serviço.</li> </ul>	<p><b>Recomendações:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Adotar critérios para contratação de serviço terceirizado para o transporte escolar, incluindo a idade máxima do veículo e a Autorização do Órgão competente para o Transporte Coletivo de Escolares.</li> <li>- Exigir no processo licitatório que o serviço seja prestado por veículos adequados para o transporte de escolares.</li> <li>- Elaborar planejamento para a substituição da frota própria dos veículos de transporte escolar com idade superior a dez anos.</li> <li>- Priorizar a aquisição de veículos novos de transporte escolar com características específicas para as estradas do Município.</li> <li>- Efetuar trabalho de conscientização com alunos, pais e professores sobre a importância da conservação dos veículos escolares e comportamento no interior do veículo.</li> <li>- Efetuar manutenção preventiva dos veículos, conforme especificação do fabricante.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Veículos adequados e transporte seguro para os alunos.</li> <li>- Alunos transportados com segurança.</li> <li>- Fornecimento do transporte aos alunos em todos os dias letivos.</li> <li>- Redução nos gastos com manutenção.</li> </ul>

Situação Encontrada	Critério	Análises e Evidências	Causas	Efeitos	Determinações e Recomendações	Benefícios Esperados
E) Aquisição de veículo usado em condições precárias.	Resolução TC-06/2001, art. 9º, inciso II.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grupo focal: Relato pelos motoristas de um veículo de transporte escolar da prefeitura estava em péssimas condições de uso foi transformado em refeitório para os operários da Secretaria de Obras.</li> <li>- Registro fotográfico – o veículo KRA-1852 está estacionado ao lado de uma estrada em recuperação, servindo de cozinha e refeitório para os operários da estrada.</li> <li>- Análise de documentos: Notas fiscais de compra, contrato de compra e venda, licitação e convênio com o Governo do Estado (R\$ 80.000,00), documento de registro e licenciamento do veículo. Veículo adquirido em 13/12/2005 com recursos conveniados com o Governo do Estado, no valor de R\$ 65.900,00, pagos em 05/01/2006 à empresa TELEONIBUS LTDA. A transferência do veículo para o Município de Cerro Negro, segundo documento do DETRAN deu-se em 06/03/2009. E em 2009 deixou-se de utilizá-lo para o transporte escolar por absoluta falta de condições de uso.</li> <li>- PT3: custo de manutenção do veículo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Processo licitatório inadequado.</li> <li>- Convênio com o Estado sem exigências quanto às condições do veículo a serem adquiridos.</li> <li>- Inexistência de critérios para o transporte escolar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aquisição de veículos inadequados para o transporte escolar.</li> <li>- Custos elevados com manutenção.</li> <li>- Transporte inseguro para os alunos.</li> <li>- Redução do tempo de uso do veículo pela Prefeitura</li> </ul>	<p><b>Determinação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Efetuar tomada de contas especial para apurar responsáveis e valores pagos com aquisição e manutenção de veículo para transporte escolar em precárias condições de uso nos anos de 2005 a 2009, conforme art. 9º, II, da Resolução nº TC-06/2001 e comprovar o recolhimento dos valores aos cofres municipais quando da apresentação do Plano de Ação.</li> </ul> <p><b>Recomendação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Priorizar a aquisição de veículos novos com características específicas para as estradas do Município.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Veículo seguro.</li> <li>- Tempo de uso maior pela Prefeitura.</li> <li>- Redução do custo de manutenção.</li> </ul>

Situação Encontrada	Critério	Análises e Evidências	Causas	Efeitos	Determinações e Recomendações	Benefícios Esperados
F) Condutores dos veículos escolares próprios e terceirizados sem a habilitação na categoria D.	Habilitação da categoria D: Art. 138, II, do Código de Trânsito Brasileiro.	- Análise de documentos: carteira de habilitação do motorista.	- Inexigência da Prefeitura no processo licitatório da habilitação na categoria D para os terceirizados. - Inexigência de habilitação na categoria D para ocupação do cargo de motorista de transporte escolar. - Descumprimento do Código de Trânsito Brasileiro.	- Motoristas inabilitados para o transporte coletivo de alunos.	<b>Determinações:</b> - Exigir, no processo licitatório e no contrato de prestação de serviço de transporte escolar (terceirizado), a habilitação na categoria “D” e curso especializado dos condutores dos veículos, inclusive curso de reciclagem, em respeito aos incisos II e V do art. 138 do Código de Trânsito Brasileiro. - Exigir, na nomeação para o cargo de motorista escolar da Prefeitura, a habilitação na categoria “D” e curso especializado para os condutores, inclusive para os contratados em caráter temporário, em respeito ao art. 138 do Código de Trânsito Brasileiro. - Exigir dos funcionários que atuam na função de condutor de veículos escolares a habilitação na categoria “D”, em respeito ao inciso II do art. 138 do Código de Trânsito Brasileiro.	- Motoristas habilitados para o transporte escolar.
G) Condutores dos veículos escolares próprios e terceirizados sem curso especializado.	Curso especializado: Art. 138, V, do Código de Trânsito Brasileiro	- Grupo focal: motoristas informaram que não possuem curso especializado.	- Inexigência da Prefeitura no processo licitatório do curso especializado para os terceirizados. - Inexigência de curso especializado para ocupação do cargo de motorista de transporte escolar. - Descumprimento do Código de Trânsito Brasileiro.	- Motoristas sem capacitação para o transporte de escolares.	<b>Determinações:</b> - Exigir, no processo licitatório e no contrato de prestação de serviço de transporte escolar (terceirizado), a habilitação na categoria “D” e curso especializado dos condutores dos veículos, inclusive curso de reciclagem, em respeito aos incisos II e V do art. 138 do Código de Trânsito Brasileiro. - Exigir, na nomeação para o cargo de motorista escolar da Prefeitura, a habilitação na categoria “D” e curso especializado para os condutores, inclusive para os contratados em caráter temporário, em respeito ao art. 138 do Código de Trânsito Brasileiro. - Providenciar curso especializado para os funcionários que atuam na função de condutor de veículos escolares que ainda não o possuem e, periodicamente, curso de reciclagem, em respeito ao inciso V do art. 138 do Código de Trânsito Brasileiro e à Resolução Contran nº 789/1994.	- Motoristas capacitados para o transporte escolar.

Situação Encontrada	Critério	Análises e Evidências	Causas	Efeitos	Determinações e Recomendações	Benefícios Esperados
H) Carona nos veículos escolares próprios e terceirizados.		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Entrevista: gestores disseram que ocorre carona especialmente nas linhas terceirizadas.</li> <li>- Grupo Focal: os condutores afirmaram que todos dão carona, quem estiver no ponto são transportados.</li> <li>- Observação direta: foi observada carona tanto nos veículos próprios quanto terceirizados. Ficavam todos na frente da escola, aguardando a chegada dos veículos de transporte escolar.</li> <li>- Registro fotográfico: contatou-se a existência de caronas nas fotos tanto nos veículos próprios quanto terceirizados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Costume local;</li> <li>- Inexistência de linha de transporte coletivo.</li> <li>- Inexistência de fiscalização do serviço prestado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Superlotação dos veículos.</li> <li>- Alunos transportados em pé prejudicando a segurança do transporte.</li> </ul>	<p><b>Recomendações:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Proibir o transporte de não- alunos nos veículos escolares, exceto professores.</li> <li>- Fiscalizar o transporte escolar quanto à existência de carona.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alunos transportados com segurança.</li> <li>- Utilização adequada dos veículos escolares.</li> </ul>
I) Inexistência de controle da frota.	<p>Resolução TC-16/94, art. 60, parágrafo único.</p> <p>Lei Complementar nº 101/2000, art. 50, § 3º.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Entrevista: inexistência de uma ficha para controle da quilometragem, abastecimento e manutenção dos veículos.</li> <li>- Grupo focal: os motoristas afirmaram que existe a ficha de controle no veículo, exceto um, sendo que os veículos que estão com o hodômetro quebrado não marcam a quilometragem.</li> <li>- Observação direta e registro fotográfico: inexistência de hodômetro.</li> <li>- Solicitação de documentos: não apresentação das fichas de controle dos veículos.</li> <li>- Solicitação de documentos: notas fiscais englobadas, isto é, com abastecimento de vários veículos ou sem a individualização do veículo e a marcação de quilometragem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inexigência no contrato de fornecimento de combustíveis da individualização da nota fiscal pelo fornecedor.</li> <li>- Descumprimento do contrato quanto a fornecimento de combustíveis sem anotação da placa do veículo, da quilometragem e da individualização da nota fiscal pelo fornecedor.</li> <li>- Inexigência do preenchimento da ficha dos veículos por todos os motoristas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Impossibilidade de planejamento para compra de veículos novos.</li> <li>- Descontinuidade do serviço, por problemas mecânicos.</li> <li>- Desconhecimento dos custos individuais de manutenção e abastecimento dos veículos.</li> </ul>	<p><b>Determinação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Exigir, no contrato de fornecimento de combustíveis e na prática, a individualização da nota fiscal pelo fornecedor, com a anotação da placa do veículo e a quilometragem, conforme determina o art. 60 da Resolução TC 16/94.</li> </ul> <p><b>Recomendação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Instituir um sistema de controle de frota e programar a emissão de relatórios sobre consumo médio de combustíveis e custo de manutenção, bem como porcentagem de acréscimo de custo anual por veículo, dentre outros, conforme determina o parágrafo terceiro do art. 50, da Lei Complementar nº 101/2000.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conhecimento da situação real dos veículos para tomada de decisões.</li> <li>- Disponibilização de dados dos veículos para gerenciamento da frota.</li> <li>- Produção de indicadores.</li> </ul>

Situação Encontrada	Critério	Análises e Evidências	Causas	Efeitos	Determinações e Recomendações	Benefícios Esperados
J) Superlotação dos veículos escolares próprios e terceirizados.	Condução de escolares em número não superior à capacidade estabelecida pelo fabricante: Art. 137, do Código de Trânsito Brasileiro.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grupo focal: condutores relataram a existência de superlotação nas linhas de São Roque e Barra do Salto.</li> <li>- Observação direta e registro fotográfico – constatou a superlotação em diversos ônibus.</li> <li>- Entrevista com os gestores: admitem superlotação em três linhas terceirizadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não utilização da capacidade do veículo para a programação do transporte escolar.</li> <li>- Existência de carona.</li> <li>- Ausência de assentos e assentos quebrados.</li> <li>- Frequência elevada de veículos parados por problemas mecânicos.</li> <li>- Substituição de veículos por veículos com menor capacidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Transporte inseguro para os alunos (alunos transportados em pé ou sentados em quantidade maior do que a capacidade do banco).</li> </ul>	<p><b>Determinação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Utilizar a capacidade dos veículos estabelecida pelos fabricantes para planejar o transporte escolar, a fim de evitar a ociosidade da capacidade ou a superlotação, conforme dispõe o art. 136, inciso VI e 137, do Código de Trânsito Brasileiro.</li> </ul> <p><b>Recomendação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibilizar a quantidade de veículos que atenda ao número de alunos a serem transportados de forma que haja assento para todos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alunos transportados com segurança.</li> </ul>
K) Veículos próprios sem hodômetro ou com o hodômetro quebrado.		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grupo focal: condutores relataram que um veículo estava com hodômetro quebrado e quatro estavam sem hodômetro, os quais foram roubados dentro da garagem.</li> <li>- Observação direta e registro fotográfico: inexistência do hodômetro no veículo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Furto do hodômetro na garagem dos veículos.</li> <li>- Falta de reposição do hodômetro.</li> <li>- Falta de manutenção dos veículos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Impossibilidade de manter controle efetivo da frota.</li> <li>- Impossibilidade de obter autorização para o transporte coletivo de escolares.</li> </ul>	<p><b>Recomendação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Providenciar hodômetros em perfeito funcionamento para os veículos da frota própria que realizam o transporte escolar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Controle eficaz da quilometragem rodada e do consumo médio de combustível, por veículo.</li> </ul>
L) Utilização de recursos do transporte escolar para outros fins		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Análise documental: notas de empenho e fiscais de despesas com veículos que não realizam o transporte escolar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência de fiscalização.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diminuição dos recursos para o transporte escolar.</li> </ul>	<p><b>Recomendação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Utilizar os recursos do transporte escolar exclusivamente para esta finalidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Correta destinação do recurso do transporte escolar.</li> </ul>



**APÊNDICE B**  
**PAPÉIS DE TRABALHO**

<b>PT N° 01</b>	<b>ENTREVISTA COM RESPONSÁVEIS PELO TRANSPORTE ESCOLAR</b>
-----------------	--

IDENTIFICAÇÃO DA AUDITORIA	
<b>PROGRAMA:</b>	TRANSPORTE ESCOLAR
<b>ÓRGÃO/ENTIDADE:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CERRO NEGRO
<b>QUESTÕES N° 1 e 2</b>	

IDENTIFICAÇÃO DA EXECUÇÃO DA AUDITORIA	
<b>DATA:</b>	23/11/2009
<b>LOCAL:</b>	Secretaria Municipal de Educação de Cerro Negro
<b>RESPONSÁVEIS:</b>	Janerson F. D. Furtado, Cláudia Bratti e Sirlene Barbosa
<b>AUDITOR:</b>	Gláucia da Cunha, Michelle Fernanda De Conto e Leonir Santini

QUESTÃO 1 – Planejamento e controle	
01	<p>No formulário sobre o transporte escolar respondido ao TCE foi informado que o Município não possuía normas e critérios municipais para concessão do benefício do transporte escolar aos alunos da rede municipal? Neste íterim foi criada alguma norma e critérios neste sentido?            NORMAS: ( ) SIM ( x ) NÃO                      CRITÉRIOS: ( ) SIM ( x ) NÃO            Caso sim. Fornecer cópia            Todos os alunos matriculados são beneficiários.</p>
02	<p>2.1 - Existe documento de requisição do transporte escolar?            ( x ) SIM – Responder questões 2.2 e 2.3                      ( ) NÃO            Na matrícula.            2.2 – A requisição é acompanhada de documentação comprobatória? Quais os documentos solicitados?            ( ) SIM                      ( x ) NÃO            2.3 – Existe documento com o resultado da análise da requisição (deferimento ou indeferimento)?            ( ) SIM – Solicitar cópia                      ( x ) NÃO            Solicitar cópia do documento de requisição e de deferimento/indeferimento.</p>
03	<p>3.1 - A Secretaria Municipal de Educação possui a listagem dos alunos que <b>requereram</b> o transporte escolar neste ano?            ( x ) SIM – Solicitar cópia                      ( ) NÃO            3.2 – Caso sim, onde consta este registro (sistema informatizado ou manual)?            A escola manda uma relação dos que precisam do transporte escolar e já diz quem tem direito. A escola manda uma relação para a Secretaria de Educação, com o aluno e a localidade. Extraída do sistema Serie na escola. A Secretaria só tem a listagem encaminhada pela escola.</p>

	<p>3.3 – Existe registro dos alunos que <b>requereram</b> o transporte mas <b>não foram beneficiados</b>?</p> <p>( ) SIM – Solicitar cópia ( x ) NÃO</p> <p>Todos os alunos são beneficiados. Para 2010 recusou o transporte de um aluno que reside a menos de três quilômetros da escola.</p>
04	<p>Existe cadastro dos alunos <b>transportados</b>, das redes municipal e estadual de ensino, por veículo e itinerário?</p> <p>( ) SIM – Solicitar cópia ( x ) NÃO</p> <p>Utiliza somente a lista de alunos remetida pela escola, onde constam o nome do aluno e a localidade.</p>
05	<p>Existe alguma forma de controle de acesso aos veículos escolares?</p> <p>( ) SIM ( x ) NÃO</p> <p>Caso sim, qual a forma adotada? Passe para Casa Familiar Rural e Faculdade. A Casa Familiar Rural tem hospedagem (5ª a 8ª séries). Para adultos a cada 15 dias, estes são transportados junto com os alunos.</p>

### QUESTÃO 2 – Segurança

06	<p>Confirmar a relação dos veículos apresentada no formulário respondido pelo Município. Caso tenham outros veículos solicitar os dados conforme formulário.</p>
07	<p>7.1- Foi efetuada compra de veículos pelo programa federal Caminho da Escola?</p> <p>( ) SIM – Responder 7.2 e 7.3 ( x ) NÃO</p> <p>Solicitar cópia do documento de compra ou contrato de adesão.</p> <p>7.2 - Quantos e quais veículos foram adquiridos? Já foram recebidos?</p> <p>02 kombis e 01 ônibus (este ainda não foi entregue), mas não são do Caminho da Escola.</p> <p>7.3 - Estes veículos foram adquiridos com recursos próprios, convênio FNDE ou financiamento do BNDES? Qual foi o valor financiado, o prazo e o valor das parcelas?</p> <p>Doações.</p>
08	<p>Existe planejamento para compra de veículos novos para substituição dos que estão com idade avançada?</p> <p>( ) SIM ( x ) NÃO</p> <p>Perspectiva de novas doações.</p> <p>Tem um ônibus recebido como doação da Receita Federal que está no pátio da garagem da Prefeitura, porém não irá usá-lo no transporte. Pretende leiloá-lo para comprar duas Kombis.</p>
09	<p>Existem normas municipais relativas à segurança dos veículos do transporte escolar, no tocante aos veículos, motoristas e monitores (escrita ou não)?</p> <p>( ) SIM – Solicitar cópia ( x ) NÃO</p> <p>Caso exista, mas não esteja escrita, quais itens constam desta norma?</p> <p>Três condutores possuem curso do Sest/Senat.</p>
10	<p>10.1 - São adotados procedimentos de avaliação e fiscalização da conduta dos motoristas e monitores e das condições dos veículos?</p> <p>( x ) SIM – Responder 10.2 a 10.4 ( ) NÃO</p> <p>10.2 - Quem é o responsável e quem executa a avaliação e a fiscalização?</p> <p>A Secretaria de Educação. Porém, não existe nada escrito.</p>

	<p>10.3 – Os resultados das avaliações / fiscalizações são documentados?          Tomam atitudes, mas não relatam nada por escrito. Ocorre reclamação de que não há lugar para todos os alunos, ou seja, superlotação. Admitem superlotação em duas linhas: São Roque e Barra do Salto e três linhas que vêm para escola estadual.</p> <p>10.4 – Foram tomadas medidas corretivas ou disciplinares como consequência das avaliações / fiscalizações?          As medidas são tomadas, mas não documentadas.</p>
11	<p>Existem manuais dos veículos onde possa se averiguar as quilometragens necessárias para manutenção preventiva?          ( x ) SIM ( ) NÃO          Estão nos veículos.</p>
12	<p>Existem fichas individualizadas dos veículos, contendo as informações das manutenções realizadas?          ( ) SIM ( x ) NÃO</p>

**QUESTÃO 3 – Custos**

13	<p>13.1 - É comum a quebra de veículos?          ( x ) SIM ( ) NÃO          Tanto dos próprios quanto dos terceirizados.</p> <p>13.2 - Como ficam os alunos nestas situações?          Pode acontecer de os alunos ficarem sem aula. Os veículos que estão rodando fazem o itinerário daquele que está com defeito. Substituem os terceirizados pelos próprios.</p> <p>13.3 - É locado veículo para a substituição do veículo quebrado?          ( x ) SIM – Solicitar documento ( ) NÃO          Só ocorreu uma vez.</p> <p>13.4 - Existe veículo reserva?          ( ) SIM – Qual (modelo e placa) _____ ( x ) NÃO</p>
----	--

ITEM	OBSERVAÇÕES
02	Utilizam o sistema Serie, que registra se o aluno necessita do transporte escolar, com nome, quilometragem e localidade.
07	Foram adquiridos um ônibus a fundo perdido para 2010 com recursos do FNDE e duas kombis novas com recursos via convênio com a Secretaria de Estado da Educação.
08	Hoje existe planejamento para substituir os terceirizados por próprios. São Roque (duas linhas) e Barra do Salto (uma linha) são superlotados. São ônibus terceirizados.
	Problemas com carona, pois não existem linhas do interior para a cidade

<b>PT N° 02</b>	<b>ENTREVISTA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO DA AUDITORIA</b>	
<b>PROGRAMA:</b>	TRANSPORTE ESCOLAR
<b>ESCOLA:</b>	NÚCLEO ESCOLAR PEDRO ALTA CARDOSO
<b>QUESTÃO - Os procedimentos de planejamento e controle adotados pelo Estado contribuem para o atendimento da demanda?</b>	

<b>IDENTIFICAÇÃO DA EXECUÇÃO DA AUDITORIA</b>	
<b>DATA:</b>	25/11/2009
<b>LOCAL:</b>	NÚCLEO ESCOLAR PEDRO ALTA CARDOSO
<b>RESPONSÁVEL:</b>	LUCIELE RIBEIRO DE JESUS (DIRETORA)
<b>AUDITOR:</b>	Gláucia da Cunha, Michelle Fernanda De Conto e Leonir Santini

<b>ENTREVISTA SOBRE QUESTÃO 1 – Planejamento e controle</b>	
01	<p>1.1 - Existe documento de requisição do transporte escolar?  <input type="checkbox"/> SIM – Responder questões 1.2 e 1.3                      <input checked="" type="checkbox"/> NÃO          A ficha de matrícula do sistema Serie utilizado pela escola contém uma pergunta se necessita de transporte escolar e qual a localidade de residência.</p> <p>1.2 – A requisição é acompanhada de documentação comprobatória? Quais os documentos solicitados?  <input type="checkbox"/> SIM                      <input checked="" type="checkbox"/> NÃO          Solicita certidão de nascimento.</p> <p>1.3 – Existe documento com o resultado da análise da requisição (deferimento ou indeferimento)?  <input type="checkbox"/> SIM – Solicitar cópia                      <input checked="" type="checkbox"/> NÃO          Todos são beneficiados.          Solicitar cópia do documento de requisição e de deferimento/indeferimento.</p>
02	<p>2.1 - Você possui a listagem dos alunos que requereram o transporte escolar neste ano?  <input type="checkbox"/> SIM – Solicitar cópia                      <input checked="" type="checkbox"/> NÃO</p> <p>2.2 – Caso sim, onde consta este registro (sistema informatizado ou manual)?</p> <p>2.3 – Existe registro dos alunos que requereram o transporte mas não foram beneficiados?  <input type="checkbox"/> SIM – Solicitar cópia                      <input checked="" type="checkbox"/> NÃO</p>
03	<p>3.1 - Você possui o cadastro dos alunos transportados?  <input type="checkbox"/> SIM – Solicitar cópia.                      <input checked="" type="checkbox"/> NÃO          Quais dados este cadastro contém?</p> <p>3.2 - Onde estão armazenados estes dados (sistema informatizado ou manual)?          Não possui.</p>

04	<p>4.1 - Existe fiscalização/avaliação do transporte escolar? ( ) SIM – Responder questões 4.2 e 4.3                      ( x ) NÃO</p> <p>4.2 –Quais os problemas encontrados? Às vezes o ônibus quebra, ficando o aluno sem aula. Na linha do Tanque o micro-ônibus sempre quebra, porém ficou parado no máximo dois dias.</p> <p>4.3 –Quais os resultados alcançados? A escola passa a reclamação para a Secretaria Municipal de Educação e quando a situação é simples (mecânica) é resolvida. A informação é repassada por telefone ou pessoalmente.</p>
----	---

ITEM	OUTRAS OBSERVAÇÕES
	A Diretora é nova, assumiu este ano.
	O micro-ônibus MBX-9556 começou a dar problema este ano, ficou uma semana em conserto, sendo substituído por ônibus alugado.

<b>PT Nº 03</b>	<b>CUSTO DE MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR</b>
-----------------	---

IDENTIFICAÇÃO DA AUDITORIA	
<b>PROGRAMA:</b>	TRANSPORTE ESCOLAR
<b>ÓRGÃO/ENTIDADE:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CERRO NEGRO

IDENTIFICAÇÃO DA EXECUÇÃO DA AUDITORIA	
<b>DATA:</b>	23/11/2009
<b>LOCAL:</b>	PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
<b>RESPONSÁVEL:</b>	PREFEITO JANERSON JOSÉ DELFES FURTADO
<b>AUDITOR:</b>	GLÁUCIA DA CUNHA, MICHELLE FERNANDA DE CONTO, LEONIR SANTINI

Veículo placa: MAJ 3639	Ano fabricação: 1992
Modelo: Mercedes Benz 1318	Idade: 17 anos
Capacidade: 48 assentos	
Combustível: Diesel	

ANO 2006							
Data	NE	NF	Km	Produto / Serviço	Valor (R\$)	Manutenção preventiva	
						Padrão	É preventiva?
2/1/2006	48/06	506686		Aquisição óleo, rolamento, kits roda, pivo, pastilha freio coxin.	289,85		
5/1/2006	71/06	609		Serviço mecânico/elétrico.	750,60		
9/1/2006	92/06	507613		Aquisição de óleo, junta, rolamento, anel, engrenagem, retentor, etc.	1.662,40		
1/2/2006	348/06	2980		Aquisição de bateria.	280,00		
13/3/2006	680/06	305		Conserto pára-choque traseiro.	900,00		
15/5/2006	1221/06	13		Aquisição peças de acrílico	255,75		
16/5/2006	1279/06	1979		Aquisição peças: tambor de freio, rolamento cubo, jogo de lona de freio, cuíca.	1.122,00		
16/5/2006	1280/06	1979		Serviço mecânico	160,00		
16/5/2006	1279/06	1979		Aquisição tambor de freio, rolamento, jogo de lona, cuíca.	1.282,00		
21/7/2006	1772/06	1090 e 1091		Aquisição de 06 elementos, 06 válvulas, 06 bicos, 09 reparo de bicos, 01 turbina e outras peças para manutenção mecânica.	1.845,84		
21/7/2006	1773/06	809		Serviço, bombas injetoras.	120,00		
1/8/2006	1884/06	305		Aquisição de 01 bloco motor, 01 virabrequim, 01 cabeçote motor, 01 bronzina biela, 01 bronzina mancal, 01 junta motor compl., 06	8.930,00		

				pistões com anéis, 06 válvulas admissão e 06 válvulas descargas para troca e reposição.			
1/8/2006	1853/06	682		Serviço mecânico na substituição de peças e reparos na mecânica.	1.200,00		
1/8/2006	1850/06	323		Serviço mecânico no conserto do motor de partida.	256,00		
1/8/2006	1841/06	1818		Serviço de retifica motor.	333,00		
11/8/2006	1993/06	2430		Aquisição de peças: induzido, automático, jogo reparo, suporte escova, bucha, rele.	381,00		
11/8/2006	1993/06	2429		Aquisição peças: farol, lâmpada.	28,00		
11/8/2006	1994/06	2404 e 2408		Serviço pisca e faróis e arranque.	90,00		
4/9/2006	2155/06	16470		Aquisição peças: molas, bucha, arruela, espigão, rebite, trava pino, pino mola, etc.	886,60		
24/10/2006	2663/06	269		Serviço de solda e pintura tampa.	200,00		
<b>Total</b>					<b>20.973,04</b>		

ANO 2007							
Data	NE	NF	Km	Produto / Serviço	Valor (R\$)	Manutenção preventiva	
						Padrão	É preventiva?
16/1/2007	132	42		Aquisição peças acrílico.	232,60		
1/3/2007	461	2602		Aquisição chave luz, lâmpadas, soquete 1/2 luz, soquete lanterna, lanterna teto, ponteira alternador.	173,00		
1/3/2007	464	2585		Serviço instalação peças.	50,00		
1/3/2007	473	366		Aquisição de baterias.	840,00		
12/3/2007	592	2514		Aquisição de parafusos, porcas, travas, retentor, lata graxa, kit bucha.	359,80		
12/3/2007	593	2514		Serviços troca amortecedor, borracha do estabilizador e solda, cubo e terminal de direção e disco.	175,00		
2/4/2007	801	123038		Aquisição de dois pneus.	1.950,00		
2/5/2007	1067	20553		Serviço de limpeza e conserto radiador.	190,00		
2/5/2007	1086	4159		Aquisição óleo para troca.	115,00		
15/5/2007	1184			Aquisição peças e reparos.	332,00		
31/5/2007	1282	2709		Aquisição de palhetas e chave limpador.	79,00		
31/5/2007	1284	2691		Serviço conserto relógio, painel, limpador.	90,00		
2/7/2007	1596			Aquisição molas.	391,80		
16/7/2007	1759			Serviço na recuperação de diferencial.	1.700,00		
16/7/2007	1773	446		Serviço recuperação pára-choque e pára-lamas.	590,00		
16/7/2007	1759	355		Serviço de recuperação de diferencial.	1.700,00		
6/8/2007	1930	1341		Aquisição de peças	802,00		
6/8/2007	1931	1160		Serviço de conserto do motor partida e alternador.	200,00		
6/8/2007	1930	19114		Aquisição de peças.	332,20		
27/8/2007	2150	2757		Serviço de reparo completo, bucha, bendix.	68,00		
27/8/2007	2154	2743		Serviço motor de partida.	50,00		
3/9/2007	2201	9404		Serviço recapagem pneus.	1.860,00		
10/9/2007	2284	115		Aquisição 01 pneu.	580,00		
17/9/2007	2372	690		Aquisição extra-turbo.	390,00		
15/10/2007	2608	459		Serviço solda travessas da carroceria.	325,00		

26/10/2007	2695	265		Aquisição engrenagem, porta do eixo, rolamento dianteiro, frizo da caixa, rolamento traseiro, cubo.	2.105,00		
26/10/2007	2729	2874		Aquisição válvula de abrir porta, flexível.	140,60		
10/11/2007	2943			Serviços de solda e reforço chassi.	555,00		
11/6/2007	1385	1576		Aquisição turbina e bicos injetores.	1.792,50		
1/11/2007	2768	19816		Aquisição mola e grampo 3/4.	201,50		
1/11/2007	2834	2887		Aquisição reparo do manetím 4 saídas, válvula de acionamento, pistão de vedação, da lona de freio, arruela de vedação, parafusos, trava e pinos do patim, flexível, trava, catraca, arruela da catraca, tambor de freio.	634,10		
1/11/2007	2835	2887		Serviço de solda e mão-de-obra 1 cubo catraca e 2 válvulas.	155,00		
10/11/2007	2932	17907		Aquisição pneus.	2.220,00		
10/11/2007	2943	1231		Serviço solda e reforço chassi.	555,00		
<b>Total</b>					<b>21.934,10</b>		

ANO 2008							
Data	NE	NF	Km	Produto / Serviço	Valor (R\$)	Manutenção preventiva	
						Padrão	É preventiva?
15/2/2008	544	668568		Aquisição terminal, reparo cil, cilindro, fluido freio, correia gir, garfo, haste, anel trava, bucha mancal, carcaça	605,50		
1/3/2008	714			Serviço mão-de-obra terminal	30,00		
1/3/2008	712	2012		Aquisição turbina.	969,87		
1/3/2008	714	3002		Serviços de aplicação de peças	30,00		
16/5/2008	1458	688585		Tampa radiador e tampa do tanque	19,00		
16/5/2008	1465	3141		Aquisição lona freio, catraca 28 estrias, tambor freio	418,50		
2/6/2008	1649	146		Serviço revisão do motor	478,00		
2/6/2008	1601	3108		Aquisição de lanterna, lente, lâmpada, rele e chave	90,00		
2/6/2008	1600	3060		Serviços	40,00		
15/7/2008	1979			Aquisição retentor cubo, tambor freio, lona freio, válvula abrir, catraca de fr, rep. do eixo, arruela, retentor, aranha, bucha.	1.586,40		
15/7/2008	1980			Serviço troca peças	100,00		
15/7/2008	979	3279		Aquisição de retentor, tambor, lona, válvula, catraca, válvula, retentor aranha e bucha	1.586,40		
1/8/2008	2081	119		Aquisição caixa direção hidráulica e bomba hidr. Direção	3.982,00		
12/8/2008	2185	2224		Aquisição turbina, arruela cônica.	1.510,00		
15/8/2008	2212			Serviços em eixo dianteiro, alavanca de marcha e em cardan.	580,00		
15/8/2008	2618	3118		Aquisição de lanterna, lente, lâmpada, rele e chave	90,00		
1/9/2008	2300			Mão de obra caixa motor	2.000,00		
16/9/2008	2405			Aquisição filtro óleo, correia, óleo	84,50		
1/10/2008	2466	227		Conserto tanque plástico, regulagem molas	350,00		
3/10/2008	2485			Aquisição cuíca	130,00		
5/12/2008	2716	10392		Aquisição de bateria	467,00		
11/12/2008	2640	9559		Óleo Lubrax	46,00		
15/8/2008	2619	3060		Mão de obra	40,00		

<b>Total</b>	<b>15.233,17</b>		
--------------	------------------	--	--

Veículo placa: LBB 7305	Ano fabricação: 1996
Modelo: Mercedes Benz 1620	Idade: 13 anos
Capacidade: 53 assentos	
Combustível: Diesel	

ANO 2006							
Data	NE	NF	Km	Produto / Serviço	Valor (R\$)	Manutenção preventiva	
						Padrão	É preventiva?
15/1/2006	188/06	14628		Aquisição mola, pino, arruela, grampo, porca, etc.	544,90		
15/1/2006	188/06	14628		Serviço mecânico.	230,00		
15/1/2006	191/06	2847		Aquisição colméia para radiador.	460,00		
15/1/2006	198/06	1755		Aquisição catraca, diafragma, cachimbo, cebolinha e cano freio.	606,00		
1/2/2006	351/06	2985		Aquisição bateria.	280,00		
15/2/2006	448/06	4369		Aquisição 06 pneus.	1.928,00		
6/3/2006	609/06	4495		Aquisição de 02 pneus.	1.928,00		
19/6/2006	1529/06	2012		Aquisição peças: tambor, jogo de lona, parafuso de roda, lata de graxa, retentor, solda.	992,00		
19/6/2006	1530/06	2012		Serviço mecânico.	85,00		
1/8/2006	1957/06	697		Serviço mecânico na substituição de peças e reparos na mecânica do veículo.	210,00		
1/8/2006	1929/06	309		Aquisição de 12 tuchos de válvulas, 12 varetas de válvulas, 01 bomba de óleo, 02 filtros do diesel, 01 filtro de óleo, 01 balde de óleo, 01 bronzina biela compressor, 01 jogo de buchas do campo, 06 buchas de biela, 01 jogo anéis de compressor, 01 tubo de cola, 10 parafusos do cárter e 01 pistão do compressor na troca do ônibus.	1.008,00		
1/8/2006	1907/06	310		Aquisição de 01 pistão do retentor, 01 reparo cabeçote compressor, 02 braçadeiras 04 canos, 01 flexível filtro motor, 01 válvula termostato e 01 selante para motor.	156,00		
1/8/2006	1869/06	547655		Aquisição peça tampa tanque com chave e reparo bomba d'água perkins.	114,00		
2/10/2006	2435/06	2181		Aquisição 02 jogos de pastilha	95,00		
31/10/2006	2674/06	543		Desmontar e montar cardan	40,00		
<b>Total</b>					<b>8.676,90</b>		

ANO 2007							
Data	NE	NF	Km	Produto / Serviço	Valor (R\$)	Manutenção preventiva	
						Padrão	É preventiva?
22/1/2007	183	2493		Aquisição bateria.	390,00		
12/2/2007	359	2422		Aquisição tambor freio.	300,00		

1/3/2007	484	723		Serviços troca peças.	1.210,00		
11/6/2007	1419	12365		Aquisição mola 1 dt, bucha, alavanca, pinhão, regulador voltagem.	526,23		
11/6/2007	1420	12358		Serviço troca peças.	52,50		
11/6/2007	1426	8744		Serviço recapagem pneus.	1.395,00		
11/6/2007	1444	14731		Aquisição cruzeta cardan, rolamento cubo, lona freio, retentores cubos roda, pistão compressor, cilindro compressor, jg juntas compressor, reparo cabeçote compressor, kit otimizador ar, retentor dianteiro motor.	3.203,14		
15/6/2007	1458	18768		Aquisição bucha tr., pino mola, graxeira 3/8 curva, arruela suporte tr, espigão, parafuso, porca dupla, arruela cônico, bucha estab. Ponta dt, parafuso, porca, trava pino mola, bucha estab. DDT.	648,50		
15/6/2007	1459	18768		Serviço troca peças.	202,00		
3/7/2007	1648	1609		Aquisição turbina.	1.896,00		
6/8/2007	1930	1341		Limpador, motor limpador, alternador, automático, cabo bateria, mancal, rotor rele	802,00		
6/8/2007	1931	1160		Serviço de instalação de peças.	110,00		
17/8/2007	2066	127711		Aquisição pneus e câmara.	3.326,00		
27/8/2007	2150	2760		Aquisição lâmpadas, soquete 1/2 luz, fusível lâmina.	18,00		
27/8/2007	2154	2747		Serviço geral sinaleiras e conserto placa fusível.	120,00		
3/9/2007	2180	4492		Serviço troca peças.	160,00		
3/9/2007	2179	4492		Aquisição coroa/pinhão, rolamento coroa, rolamento pinhão, rolamento do pinhão, cj caixa de satélite, retentor do pinhão, óleo 90, junta e cola.	2.184,27		
1/11/2007	2817	3666		Aquisição uma bateria.	560,00		
<b>Total</b>					<b>17.103,64</b>		

ANO 2008							
Data	NE	NF	Km	Produto / Serviço	Valor (R\$)	Manutenção preventiva	
						Padrão	É preventiva?
5/2/2008	426	91117		Serviços: rosca, ventoinha, bloco e pino.	580,00		
15/2/2008	542	668575		Aquisição de bloco óleo diesel, junta tampa, retentor, reparo, filtro lubrificante, filtro combustível, porca, abraçadeira, luva ligação, vareta nível óleo.	402,09		
10/3/2008	791	18531		Aquisição de extintor de incêndio.	65,00		
1/4/2008	1140	843		Serviço de socorro e diferencial	158,00		
16/5/2008	1458	688585		Aquisição de bomba água.	189,00		
2/6/2008	1600	3062		Mão de obra.	25,00		
2/6/2008	1601	3110		Soquete de farol e lâmpada.	10,00		
2/6/2008	1591	18717		Recapagem de pneus.	1.188,00		
2/7/2008	1854	3089		Serviço cabo da bateria.	30,00		
2/7/2008	1855	3143		Aquisição de ponteira de bateria, cabos de bateria e parafusos sextavados.	20,00		
1/8/2008	2092	3252		Radiador Mercedes.	980,00		
12/8/2008	2186	3323		Retentor, aranha, arruela, pistão, etc.	418,50		
12/8/2008	2187	3323		Serviços de mão de obra.	145,00		
12/8/2008	2189	22174		Serviço de mola.	30,00		

15/8/2008	2618	3110		Aquisição de soquete e lâmpada.	10,00		
15/8/2008	2619	3062		Mão de obra serviço de freio motor.	25,00		
15/8/2008	2212	9672		Serviço no eixo dianteiro, alcance de marcha e cardan.	580,00		
19/8/2008	2242	194		Serviço de mão de obra.	1.080,00		
19/8/2008	2225	494		Serviço de soldas, troca de chapas, cantoneira e pintura de pára-choques.	4.650,00		
16/9/2008	2405	4989		Filtro de óleo, correia.	84,50		
7/10/2008	2510	9790		Serviço de torno e solda.	940,00		
9/10/2008	2515	958		Serviço de suspensão, fazer buchas pinças de freio, torno e diferencial.	298,00		
2/12/2008	2694	171		Aquisição de caixa de direção.	4.290,00		
<b>Total</b>					<b>16.198,09</b>		

Veículo placa: MFN 4621	Ano fabricação: 2006
Modelo: Volare Marcopolo	Idade: 03 anos
Capacidade: 25 assentos	
Combustível: Diesel	

ANO 2006							
Data	NE	NF	Km	Produto / Serviço	Valor (R\$)	Manutenção preventiva	
						Padrão	É preventiva?
30/6/2006	1611/06	55058		Serviço de recapagem e vulcanizo no pneu	98,00		
4/9/2006	2155/06	16466		Aquisição peças: borracha, bucha, mola, porca dupla	379,80		
10/11/2006	2757/06	29547		Aquisição peças: farol aux, bucha, jogo de pastilhas, óleo, filtro de óleo, filtro blindado, filtro separador	684,21		
10/11/2006	2757/06	29548		Para brisa	1.143,85		
<b>Total</b>					<b>2.305,86</b>		

ANO 2007							
Data	NE	NF	Km	Produto / Serviço	Valor (R\$)	Manutenção preventiva	
						Padrão	É preventiva?
2/1/2007	35	17312		Aquisição buchas silencioso, pino mola.	219,00		
2/1/2007	36	17312		Serviço troca molas.	113,00		
22/2/2007	435	30317		Aquisição máscara farol.	252,53		
22/2/2007	436	30317		Serviço troca peças.	474,00		
25/3/2007	692	2542		Aquisição parafusos, olhal, arruela vedação, mangueira; reparo do compressor e pino trava.	150,30		
25/3/2007	693	2542		Serviço troca peças.	20,00		
9/4/2007	843	30732		Aquisição de peças e reparos.	798,22		
9/4/2007	844	30732		Serviço troca peças.	397,00		
11/4/2007	871	30756		Aquisição coxim.	58,78		
11/4/2007	872	30756		Serviço troca peças.	100,00		
11/6/2007	1388	31185		Aquisição abraçadeira, terminal. Macho grande, lona randon, lixa	551,79		

				ferro, reparo pino e mola, pastilhas, tubo metálico amort. Diant., bucha amortecedor, serviços parte elétrica, troca pastilhas e lona de freio.			
11/6/2007	1389			Serviço troca peças.	195,00		
23/7/2007	1796	126868 e 126872		Aquisição pneus e montagem, alinhamento, correção cárter e centralização caixa de direção.	1.512,80		
23/7/2007	1798	31572		Serviço troca peças.	66,00		
1/8/2007	1891	31585		Aquisição terminal macho c/ grade, bóia tanque combustível.	157,68		
20/8/2007	2123			Limpeza e conserto radiador.	130,00		
20/8/2007	2123			Serviço limpeza e conserto radiador.	130,00		
1/11/2007	2766	2877		Aquisição 01 jogo castanha dianteiro e 01 litro óleo de freio.	84,00		
1/11/2007	2767	2877		Serviços mecânicos.	30,00		
1/11/2007	2832	32394		Aquisição de peças e reparos.	726,52		
1/11/2007	2833	32394		Serviço troca peças.	332,00		
1/11/2007	2833			Serviços mecânicos.	332,00		
<b>Total</b>					<b>6.830,62</b>		

ANO 2008							
Data	NE	NF	Km	Produto / Serviço	Valor (R\$)	Manutenção preventiva	
						Padrão	É preventiva?
2/6/2008	1587	9653		Serviço instalação elétrica.	70,00		
2/6/2008	1588	1383		Aquisição soquete farol.	25,00		
6/8/2008	2136			Aquisição rele e botão partida	35,00		
2/7/2008	1885			Serviço revisão motor, trocas e serviços gerais.	380,00		
5/2/2008	379	2959		Aquisição pastilha freio, embuchamento, retentor cubo, aranha trava, torno recalcar.	501,80		
6/8/2008	2138	3302		Aquisição pastilha freio, bucha amortecedor, óleo freio, porca 14mm.	118,10		
6/8/2008	2139	3302		Serviço troca peças	60,00		
1/4/2008	1104			Aquisição espigão, mola, bucha, parafuso, porca, borracha amortecedor, pino mola.	141,20		
1/4/2008	1105			Serviço troca peças	60,00		
6/8/2008	2140			Aquisição espigão, grampo, porca dupla, pino mola.	52,70		
6/8/2008	2141			Serviço troca peças	30,00		
6/8/2009	2136	1498		Relê e 02 botões de partida	35,00		
13/10/2008	746-328/08	8937	75705	Fluido para radiador	18,00		
13/10/2008	746-328/08	9048	76315	Fluido para radiador	18,00		
13/10/2008	746	9135	76315	Fluido para radiador	18,00		
<b>Total</b>					<b>1.562,80</b>		

Veículo placa: MFZ 9440	Ano fabricação: 2003
Modelo: Agrale	Idade: 06 anos
Capacidade: 32 assentos	
Combustível: Diesel	

ANO 2006							
Data	NE	NF	Km	Produto / Serviço	Valor (R\$)	Manutenção preventiva	
						Padrão	É preventiva?
25/1/2006	258/06	4080		Aquisição de 2 pneus.	1.500,00		
30/1/2006	312/06	1788		Aquisição retentor, aranha e catraca.	83,40		
14/2/2006	404/06	27500		Aquisição 10 l óleo, 12 buchas, 08 tubo amortecedor.	349,79		
14/2/2006	405/06	27500		Serviço mecânico.	550,21		
20/2/2006	522/06	3213		Platagem .	1.600,00		
3/4/2006	879/06	2289		Lâmpadas e abraçadeiras.	15,00		
24/4/2006	1038/06	1914		Embuchamento e jogo de pastilhas.	235,70		
4/9/2006	2155/06	16467		Aquisição de peças: mola, espigão, bucha.	312,90		
11/10/2006	2506/06	56739		Aquisição de 04 pneus.	2.760,00		
1/11/2006	2695/06	25008		Serviço de recapagem de 04 pneus e conserto de 01 pneu.	752,00		
14/11/2006	2789/06	25009		Serviço de balanceamento e geometria.	205,00		
<b>Total</b>					<b>8.364,00</b>		

ANO 2007							
Data	NE	NF	Km	Produto / Serviço	Valor (R\$)	Manutenção preventiva	
						Padrão	É preventiva?
2/1/2007	24	713		Serviço embuchamento.	410,00		
2/1/2007	27	37429		Serviço de torno e solda em mangas de eixo.	385,00		
12/2/2007	327	30221		Aquisição tubo amortecedor traseiro, bucha amortecedor, canaleta, rebite, cj. Lona freio, tambor freio.	850,05		
12/2/2007	328	30221		Serviços troca peças	519,40		
1/3/2007	461	2600		Aquisição caixa disco tacógrafo, lâmpada, par cibile, terminal encaixe.	116,50		
1/3/2007	464	2585		Serviço instalação cibile e faróis.	40,00		
2/4/2007	797	18135		Aquisição mola 1ª tr, bucha silenciador, pino bucha.	279,70		
2/4/2007	798	18135		Serviço de molas.	60,00		
15/5/2007	1189	956		Aquisição extintores e pó p/ extintor.	45,00		
11/6/2007	1413	60585		Serviço vulcanização pneu.	40,00		
9/7/2007	1659	126173		Aquisição pneus.	1.180,00		
9/7/2007	1660	126174		Serviços balanceamento,, alinhamento, correção cârter.	234,00		
23/7/2007	1796	126869 e 126871		Aquisição de pneus e montagem.	2.422,40		
6/8/2007	1921	686		Aquisição de bateria.	300,00		
6/8/2007	1933	19113		Aquisição de peças.	13,00		

6/8/2007	1934	19113		Serviço de substituição de peças	80,00		
17/9/2007	2371	5971		Serviço elétrico.	35,00		
1/10/2007	2442	4624		Cj. Coroa/pinhão, cj. Caixa satélite, cj. Rolamentos, retentor.	2.289,50		
1/10/2007	2481	32073		Aquisição aditivo radiador, palheta limpador pára-brisa, barra de direção curta, bucha barra estab diant, mancal barra estab, tampa de combustível, embuchamento eixo dianteiro, rol tinken, retentor, amortecedor dianteiro, massa calafetar, lixa ferro, cj. Vaso de expansores.de água.	1.257,12		
1/10/2007	2482	32073		Serviço troca peças.	915,27		
1/10/2007	2538	19597		Aquisição mola 1ª tr, mola 3ª tr, mola 4ª tr, espigão 12x6, bucha silenc.	401,03		
1/10/2007	2539	19597		Serviço molas.	100,00		
22/10/2007	2650 - 2765	25		Serviço motor arranque.	919,00		
<b>Total</b>					<b>12.891,97</b>		

ANO 2008							
Data	NE	NF	Km	Produto / Serviço	Valor (R\$)	Manutenção preventiva	
						Padrão	É preventiva?
5/2/2008	401	66		Reparo no motor.	1.570,00		
25/3/2008	926	20962		Serviço de mola.	110,00		
25/3/2008	925	20962		Aquisição de mola.	282,30		
1/4/2008	1113	481		Serviço de pintura e recuperação de pára-choque.	1.472,50		
8/4/2008	1202	3113		Aquisição de parafuso, porca, platô, disco de embreagem, rolamento, cruzeta e retentor	1.051,50		
2/5/2008	1305	21318		Aquisição de molas, buchas e borracha.	591,10		
2/5/2008	1306	21318		Serviço	50,00		
2/5/2008	1297	3078		Aquisição de lâmpadas, farol, reator e caixa de disco tacógrafo.	249,50		
2/5/2008	1296	3032		Mão de obra de instalação de som.	40,00		
16/5/2008	1458	688585		Flexível turbina.	28,00		
19/5/2008	1490	33613		Cabo do acelerador.	45,00		
26/5/2008	1532	3159		Aquisição de conexão.	190,00		
26/5/2008	1531	3141		Serviço de solda metal.	34,00		
13/6/2008	1725	3201		Serviço de mão de obra.	50,00		
2/7/2008	1854	3092		Mão de obra.	30,00		
2/7/2008	1855	3146		Aquisição de reator.	126,00		
25/7/2008	2065	22063		Aquisição de molas, grampos, porcas, rebite, parafusos e espigão.	661,10		
1/9/2008	2300	197		Aquisição de molas e mão de obra.	2.500,00		
16/9/2008	2419	18196		Aquisição de abraçadeira e vareta.	118,00		
<b>Total</b>					<b>9.199,00</b>		

Veículo placa: MDR 1432	Ano fabricação: 2003
Modelo: Volare Marcopolo	Idade: 06 anos
Capacidade: 20 assentos	
Combustível: Diesel	

ANO 2006							
Data	NE	NF	Km	Produto / Serviço	Valor (R\$)	Manutenção preventiva	
						Padrão	É preventiva?
1/2/2006	320/06	1792		Serviço mecânico na substituição peças: conexão completa, reparo válvula, incert, nipel, tampa válvula.	199,90		
1/2/2006	351/06	2985		Aquisição bateria.	280,00		
13/3/2006	680/06	306		Pintura chassi e revisão.	450,00		
20/3/2006	756/06	5541		Aquisição corrente rodão e alicate.	352,00		
11/8/2006	1993/06	2425		Aquisição peças: fuzil lâmina, lâmpada	2,50		
11/8/2006	1993/06	2424		Aquisição peças: rele, lâmpada, chave de luz.	108,00		
11/8/2006	1994/06	2405 e 2407		Serviço mecânico painel.	100,00		
4/9/2006	2158/06	671		Serviços na chapeação e pintura na parte dianteira e recuperação de pára-choque.	600,00		
4/9/2006	2171/06	7704		Retificar volante.	80,00		
4/9/2006	2152/06	2140		Aquisição jogo pastilha, jogo lona, cubo do freio de mão, lata de graxa, etc.	437,20		
4/9/2006	2153/06	2140		Serviço mecânico na troca de freio e cabos.	130,00		
2/10/2006	2424/06	560059		Aquisição de peças para manutenção: tampa distrib., filtro combust., filtro lubrificante, rolamento.	479,00		
2/10/2006	2422/06	703		Serviço bobina e motor.	110,00		
10/10/2006	156/06	263		Recuperação de lataria, chapeação e revisão.	2.250,00		
<b>Total</b>					<b>5.578,60</b>		

ANO 2007							
Data	NE	NF	Km	Produto / Serviço	Valor (R\$)	Manutenção preventiva	
						Padrão	É preventiva?
18/1/2007	166/07	334		Serviço arqueamento molas, diferencial e revisão completa.	1.120,00		
12/2/2007	310	2408 - 2412 - 2413		Aquisição ignição, lona freio, cruzeta, rolamento cardan, serviço torno, parafusos, arruela, parafuso amortecedor c/ porca, haste acelerador, oxigênio, lata de graxa, 2 mt cano de freio, arruela de pressão.	512,97		
12/2/2007	311	2408 - 2412		Serviço troca peças	200,00		
12/2/2007	314	17574		Aquisição bucha silencioso, bucha dt/tr,espigão, parafuso,	687,10		

				pino mola, rebite, mola 2ª dt, suporte tr, separador grampo, grampo, porca dupla, mola, borracha amort dt, borracha estab dt/tr, parafuso.			
12/2/2007	315	17574		Serviço molas	170,00		
16/2/2007	381	2429		Aquisição jogo nipel, arruela, hidrovácuo, óleo freio.	407,00		
16/2/2007	382	2429		Serviço troca peças	100,00		
1/3/2007	496	20319		Serviço conserto radiador.	90,00		
2/4/2007	797	18136		Aquisição espigão, mola, grampo, porca dupla, parafuso, rebite.	147,60		
16/4/2007	908	1173		Reforma macaco.	40,00		
14/5/2007	1140	124267		Aquisição 2 pneus.	1.180,00		
6/8/2007	1921	686		Aquisição de bateria	300,00		
6/8/2007	1933	19115		Aquisição de peças	614,10		
6/8/2007	1934	19115		Serviço de substituição de peças	220,00		
13/8/2007	1989	2473		Serviço conserto direção hidráulica.	98,50		
10/9/2007	2281	1854		Aquisição jg reparo, esferas, pino ajuste, filtro, rolamentos, arruelas, óleo.	383,05		
10/9/2007	2287	31925		Aquisição módulo sinaleirado, módulo sinaleira tras., braço acionamento lava.	410,89		
10/9/2007	2313	3485		Aquisição corpo distribuidor, jg. Reparo bomba, bujão, parafuso oco, parafuso torx, bomba alimentadora, retentor bomba injetora, bico injetor, pino pressão, válvula reguladora, capa lacre, tampa proteção.	2.091,67		
10/9/2007	2313	3485		Serviço bico e bomba injetora	90,00		
1/10/2007	2486	2796		Aquisição sensor pressão	97,00		
22/10/2007	2650 - 2765	24		Serviço diferencial e cardan.	479,00		
1/11/2007	2787	32309		Aquisição indicador e terminal.	150,36		
16/7/2007	1768	77		Aquisição de acrílico cristal	159,77		
1/10/2007	2441	457		Serviço pára-choque dianteiro e lateral pára-brisa.	685,00		
<b>Total</b>					<b>10.434,01</b>		

ANO 2008							
Data	NE	NF	Km	Produto / Serviço	Valor (R\$)	Manutenção preventiva	
						Padrão	É preventiva?
5/2/2008	414	1983		Aquisição de carcaça da bomba, bujão roscado, arrastador, válvula reguladora, bomba alimentadora, reparo, retentor, válvula eletromagnética, parafuso oco, juntas, reparo regulador, bico injetor, corpo distribuidor.	1.619,33		
5/2/2008	401	63		Reparo no motor.	1.862,00		
10/2/2008	444	107		Aquisição de uma peça em acrílico cristal.	140,00		
15/2/2008	541	20679		Feixe de mola	444,00		
15/2/2008	543	668604		Aquisição de junta do carter, óleo de cambio, aditivo, filtro de ar, bucha, correia, prisioneiro, junta coletor, filtro lubrificante, filtro combustível, bronzina, válvula e amortecedor.	2.195,80		
10/3/2008	818	2684		Aquisição de bateria.	310,00		
10/3/2008	783	763		Revisão da parte elétrica.	318,00		
17/3/2008	853	20.885		Serviço de troca de molas.	239,00		

17/3/2008	854	20.885		Aquisição de molas.	592,90		
17/3/2008	857	3185		Aquisição de uma colméia para radiador.	690,00		
1/4/2008	1128	33401		Indicador de temperatura, sinaleira, escova, lanterna e borracha do vidro.	616,08		
1/4/2008	1111	480		Serviço para recuperação de pára-choque e pintura.	2.375,00		
1/4/2008	1041	2970		Conserto porta elétrica.	30,00		
1/4/2008	1098	3071		Aquisição de amortecedor, disco, parafuso, retentor, óleo de freio, diafragma, regulador de embreagem, centralizador de pastilhas.	991,02		
1/4/2008	1032	2522		Retífica do motor.	939,00		
1/4/2008	1126	1652		Aquisição de peças em acrílico cristal.	246,00		
8/4/2008	1188	21795		Limpeza e conserto.	90,00		
16/5/2008	1458	688585		Cruzeta cardan e rolamento.	197,00		
1/7/2008	1830	11397		Aquisição de platô e disco.	216,85		
2/7/2008	1854	3091		Mão de obra	40,00		
2/7/2008	1855	3145		Aquisição de limpador, rele e chave de luz	115,00		
8/7/2008	1927	34037		Aquisição de suporte do amortecedor.	104,52		
21/7/2008	2029	3223		Quadrado.	7,50		
30/7/2008	2070	34168		Mão de obra troca de pára-brisas.	260,00		
30/7/2008	2069	34168		Aquisição de perfil de borracha, indicador de combustível, vidro traseiro.	547,00		
1/8/2008	2108	916		Serviços de freio.	179,00		
1/9/2008	2306	3353		Óleo de freio, parafuso, etc.	770,00		
1/9/2008	2305	3352		Aquisição de mola, porca, borracha, bucha, embuchamento, parafuso, pastilha de freio, bucha do estabilizador, kit de freio a disco, óleo de freio.	1.154,30		
17/10/2008	2537	723747		Aquisição de rolamento, pastilha.	400,00		
<b>Total</b>					<b>17.689,30</b>		

Veículo placa: MDA 3072	Ano fabricação: 2002
Modelo: Kombi	Idade: 07 anos
Capacidade: 08 assentos	
Combustível: Gasolina	

ANO 2006							
Data	NE	NF	Km	Produto / Serviço	Valor (R\$)	Manutenção preventiva	
						Padrão	É preventiva?
2/1/2006	47/06	52579		Recapagem e vulcanização de pneu.	1.508,00		
5/1/2006	63/06	256		Serviço de motor, troca cabo do velocímetro, bóia tanque e tirar folga.	420,00		
10/1/2006	161/06	105		Limpeza memória Bosch.	20,00		
1/2/2006	392/06	53015		Recapagem e vulcanização de 2 pneus.	158,00		
14/2/2006	403/06	5393		Aquisição de pára-brisa.	185,00		
1/3/2006	581/06	518060		Aquisição amortecedor, óleo			

				motor, pastilha freio, disco freio, cabo acelerador.	477,15		
8/3/2006	654/06	55327		Aquisição de peças.	174,38		
13/3/2006	711/06	55328		Limpeza motor, retificar biela, retificar bucha, retificar válvula, etc.	397,80		
26/3/2006	806/06	18174		Serviços mecânicos e substituição de peças.	160,00		
3/4/2006	879/06	2288		Jogo de pastilhas e induzido limpador.	88,00		
2/5/2006	1140/06	111		Serviço de diagnóstico de injeção eletrônica.	80,00		
2/5/2006	1083/06	277		Serviço na caixa de câmbio.	320,00		
30/5/2006	1405/06	660		Serviço mecânico.	92,00		
16/6/2006	1515/06	56114		Aquisição de velas de ignição e cabeçote.	369,60		
16/6/2006	1516/06	56114		Serviço de retificar válvula e esmerilhar e montar cabeçote.	48,12		
10/7/2006	1753/06	5676		Aquisição de 4 pneu.	1.172,00		
1/8/2006	1867/06	23		Aquisição 01 peça em acrílico.	35,00		
1/8/2006	1868/06	547654		Aquisição de peças para manutenção e recuperação mecânica: flexível freio, junta motor, rolamento cubo, vela.	208,00		
31/10/2006	2673/06	913		Aquisição cabo engrenagem.	10,00		
1/11/2006	2690/06	314		Limpeza bico e revisão motor	150,00		
<b>Total</b>					<b>6.073,05</b>		

ANO 2007							
Data	NE	NF	Km	Produto / Serviço	Valor (R\$)	Manutenção preventiva	
						Padrão	É preventiva?
22/2/2007	420	16016		Aquisição 4 pneus.	1.040,00		
22/2/2007	421	16016		Serviço geometria e balanceamento.	60,00		
1/3/2007	470	8159		Serviço em ponta de eixo e embuchamento.	360,00		
12/3/2007	558	330		Serviço revisão freios, direção, motor, embuchamento, rolamento rodas.	700,00		
13/4/2007	901	43763		Aquisição guia de rolos, roldana inferior.	210,00		
2/5/2007	1030	337		Serviço troca chassi, roldanas porta lateral, capas de tuchos.	220,00		
15/5/2007	1204	6692		Aquisição braço limpador e palhetas.	38,00		
21/5/2007	1243	1088		Serviço elétrico do alternador.	151,00		
11/6/2007	1405	610947		Aquisição junta deslizante, junta dif., bucha, junta semi eixo, junta cabeçote, junta coletor, junta tampa válvula, rolamento cubo tr., coxim câmbio, coxim dt., rolamento cardan, controil, correia giratória, amortecedor, junta cabeçote, válvula termost., abraçadeira mangueira, mangueira inf. rad., mangueira sup. rad.	1.053,88		
2/7/2007	1644	3574		Aquisição barra chata p/ solda chassi.	40,50		
1/8/2007	1889	623190		Aquisição de peças	1.590,00		
26/10/2007	2722	2833		Aquisição bateria, rele auxiliar, porta fusível, interruptor ré, lâmpada, abraçadeiras, fios e terminais.	268,00		
26/10/2007	2723	2825		Serviço instalação sinaleiras e rele.	50,00		

<b>Total</b>	<b>5.781,38</b>		
--------------	-----------------	--	--

<b>ANO 2008</b>							
Data	NE	NF	Km	Produto / Serviço	Valor (R\$)	Manutenção preventiva	
						Padrão	É preventiva?
15/1/2008	199	4064		Mão de obra para troca do setor.	95,00		
5/2/2008	403	4584, 4583, 4582, 4585		Aquisição de terminal de direção, retentor de roda, carcaça rolamento, fluido de freio, reparo pastilhas freio, cabo de freio, silencioso, junta escapamento, borracha escapamento, lâmpadas, canaletas, reparo embuchamento, buchas, batente suspensão, etc.	1.907,00		
5/2/2008	402	4093		Serviços de limpeza, teste injetores, embuchamento, recuperação de fechaduras, pinos de porta e torneação, mecânica, solda e geometria.	882,00		
10/2/2008	513	2888		Mão de obra .	30,00		
20/2/2008	605	2906		Aquisição do automático, suporte para escova, kit, cabo terra e ponteira bateria.	186,00		
5/3/2008	949	4698		Bomba de combustível.	65,00		
2/5/2008	1297	3076		Aquisição de bateria.	250,00		
16/5/2008	1458	688585		Terminal de direção.	157,20		
2/6/2008	1605	57039		Aquisição de câmeras e pneus.	416,00		
2/7/2008	1889	138		Escaneamento da injeção eletrônica e troca da Kuba.	110,00		
2/7/2008	1854	3088		Serviço na injeção eletrônica.	80,00		
25/8/2008	2271	52678		Tampa do cárter, velas, etc.	794,00		
25/8/2008	2273	52677		Serviço de mão de obra.	260,00		
25/8/2008	2272	52677		Aquisição de um pino central, bombas de óleo, tucho, bronzina, bucha, camisa motor, cabeçote, guarnição, engrenagem.	2.387,00		
27/8/2008	2282	52694		Serviço de mão de obra.	100,00		
1/9/2008	2307	52729		Aquisição de amortecedores.	140,00		
20/10/2008	2551	52956		Aquisição de braçadeira mancal, bomba de combustível, cabo acelerador engrenagem e parafuso.	302,00		
27/8/2008	2283	52694		Cubo de roda, panela de freio, etc.	762,00		
16/9/2008	2404	52789		Aquisição de rolamentos.	114,00		
13/10/2008	746-3328/08	9140		Óleo Lubrax.	28,00		
10/10/2008	2057	7991		Óleo Lubrax.	7,00		
<b>Total</b>					<b>9.072,20</b>		

Veículo placa: MER 0242	Ano fabricação: 2004
Modelo: Volare Marcopolo	Idade: 05 anos
Capacidade: 23 assentos	
Combustível: Diesel	

ANO 2006							
Data	NE	NF	Km	Produto / Serviço	Valor (R\$)	Manutenção preventiva	
						Padrão	É preventiva?
9/1/2006	92/06	507619		Aquisição de rolamento, disco e platô.	616,20		
20/2/2006	522/06	3212		Platagem.	2.200,00		
10/4/2006	901/06	1914		Aquisição e serviço de troca de pastilhas, embuchamento.	388,60		
10/4/2006	900/06	1929		Aquisição jogo de lonas, retentor, parafusos.	238,60		
15/5/2006	1235/06	15643		Espigão e mola.	271,00		
1/6/2006	1450/06	15809		Aquisição suporte, pino mola, parafusos, porcas, borracha.	279,40		
1/6/2006	1451/06	15809		Serviço de molas, solda e oxigênio.	75,00		
15/8/2006	2013/06	16312		Aquisição espigão, molas, bucha, pino, suporte, etc.	390,80		
15/8/2006	2014/06	16312		Serviço mecânico.	212,00		
2/10/2006	2435/06	2184		Aquisição jogo de lona, retentor de cubo, cano de freio, flexível e óleo de freio	162,20		
2/10/2006	2436/06	2184		Serviço mecânico	50,00		
2/10/2006	2435/06	2201		Aquisição óleo de freio, solda da roda, aranha trava, retentor, contra pino, oxigênio	106,00		
2/10/2006	2436/06	2201		Serviço mecânico	30,00		
2/10/2006	2435/06	2184		Aquisição reparo do cilindro mestre, óleo de freio, cano de freio de cobre	127,90		
2/10/2006	2436/06	2184		Serviço mecânico	40,00		
<b>Total</b>					<b>5.187,70</b>		

ANO 2007							
Data	NE	NF	Km	Produto / Serviço	Valor (R\$)	Manutenção preventiva	
						Padrão	É preventiva?
12/2/2007	310	2420		Aquisição lona freio, borracha amortecedor, torno, fazer ponteira, jogo lona fraz-le pastilha, embuchamento, bucha do carretel, arruela, óleo de freio.	754,70		
12/2/2007	311	2420		Serviço troca peças	80,00		
1/3/2007	515	1133		Serviço conserto macaco hidráulico.	50,00		
12/3/2007	596	30437		Aquisição parafusos, arruela, suporte amortecedor, porca.	402,36		
2/4/2007	803	9357		Aquisição parafusos, cabo 3/4, mangueira, corrente, corrente roda.	672,00		
31/5/2007	1282	2707		Aquisição bendix 9703	178,00		
31/5/2007	1284	2692		Serviços não descritos na nota fiscal.	40,00		

11/6/2007	1417	20701		Serviço de conserto radiador.	55,00		
1/8/2007	1889	623190		Aquisição de peças.	1.590,60		
1/8/2007	1895	5080		Aquisição de conjunto de numerador, fechadura, anel trava disco, abraçadeira e disco.	112,00		
1/8/2007	1896	5080		Serviço de substituição de peças	65,00		
1/8/2007	1904	2751		Aquisição de peças.	522,60		
6/8/2007	1933	19112		Aquisição de peças.	875,00		
17/8/2007	2072	360		Serviço conserto.	2.350,00		
27/8/2007	2150	2758		Aquisição chave ignição, plug 2 / 4 e 6 vias, disjuntor 40 AH, rele auxiliar, 5 metros fio, terminal para fios, abraçadeiras.	195,00		
27/8/2007	2154	2744		Serviço conserto chicote e sinaleiras.	180,00		
1/10/2007	2506	2843		Aquisição parafuso do amortecedor, jg pastilha freio, jg trava da pastilha, serviço de torno, lata de graxa, óleo de freio, parafuso.	407,50		
1/10/2007	2507	2843		Serviço amortecedor 2 cubo.	80,00		
26/10/2007	2724	26		Serviço motor arranque e instalações.	612,00		
<b>Total</b>					<b>9.221,76</b>		

ANO 2008							
Data	NE	NF	Km	Produto / Serviço	Valor (R\$)	Manutenção preventiva	
						Padrão	É preventiva?
5/2/2008	405	21585		Concerto radiador	110,00		
5/2/2008	409	2962		Aquisição de pastilhas de freio, etc.	355,00		
5/2/2008	410	2962		Serviço de mão de obra.	220,00		
5/2/2008	401	67		Reparo no motor.	1.485,00		
5/2/2008	425	752		Serviço em fibra de vidro no pára-choque traseiro e dianteiro e pintura do pára-choque.	1.199,90		
25/3/2008	935	20973		Borracha amortecedor, parafuso e bucha.	80,00		
25/3/2008	934	20973		Aquisição de borracha amortecedora, parafuso e bucha estabilizador.	97,00		
2/5/2008	1283	21.290		Serviço de mão de obra.	130,00		
2/5/2008	1282	21.290		Aquisição de bucha, chapa algema, pino, mola, borracha, porca e parafuso.	1.141,70		
2/7/2008	1854	3090		Mão de obra faróis	35,00		
2/7/2008	1855	3144		Aquisição de bido e soquete de farol.	21,00		
25/7/2008	2052	3292		Aquisição de embuchamento, kit freio, pastilha, rolamento, retentor, graxeira, pino, borracha parafuso, óleo de freio.	772,07		
6/8/2008	2137	23528		Aquisição de contato e regulador.	116,00		
1/9/2008	2300	199		Mão de obra caixa, eixo dianteiro, etc.	1.500,00		
10/9/2008	2376	34530		Cruzeta, fechadura, haste, amortecedor, etc.	278,00		
10/10/2008	2524	3428		Serviço de torno	140,00		
10/10/2008	2523	3427		Aquisição de óleo de freio, porca, cano mestre, kit freio, válvula escoamento, parafuso e abraçadeira.	112,90		
13/10/2008	746-3328/08	11316	12093 3	Fluido de freio.	12,00		
11/12/2008	2640	9650	12346	Óleo Lubrax.			

			0		48,00		
<b>Total</b>					<b>7.853,57</b>		

Veículo placa: MBX 9556	Ano fabricação: 2002
Modelo: Volare Marcopolo	Idade: 07 anos
Capacidade: 28 assentos	
Combustível: Diesel	

ANO 2006							
Data	NE	NF	Km	Produto / Serviço	Valor (R\$)	Manutenção preventiva	
						Padrão	É preventiva?
2/1/2006	36/06	1742		Aquisição jogo pastilha, óleo de freio.	122,00		
2/1/2006	48/06	506687		Aquisição coxim dt. Motor.	30,00		
9/1/2006	92/06	507609		Aquisição de disco e platô.	596,00		
15/1/2006	196/06	2965		Aquisição bateria.	230,00		
24/1/2006	215/06	1771		Aquisição jogo de nipel, arruela de vedação, reparo hidrovácuo e válvula de drenagem	358,00		
30/1/2006	312/06	1787		Aquisição jogo de lona, embuchamento, rolamento, retentor, mola, etc.	857,50		
1/2/2006	392/06	53015		Recapagem e vulcanização de 5 pneus.	900,00		
14/2/2006	434/06	14927		Aquisição molas, espigão, buchas	471,80		
15/2/2006	461/06	1807		Aquisição de peças: tambor, de freio, jogo de lona, lata de graxa, mola, válvula, etc.	113,65		
15/2/2006	461/06	1808		Aquisição de tambor de freio, jogo de lona, lata de graxa, aranha, mola.	572,00		
1/3/2006	577/06	4375		Aquisição disco para tacógrafo.	23,00		
8/3/2006	654/06	55323		Aquisição peças.	115,85		
20/4/2006	993/06	3061		Aquisição de bateria.	320,00		
24/4/2006	1042/06	308		Reaperto.	200,00		
2/5/2006	1129/06	15481		Aquisição algema, mola, buchas, espigão, parafusos, etc.	811,40		
2/5/2006	1130/06	15481		Serviço mecânico.	148,00		
16/5/2006	1279/06	1980		Aquisição reparo do governador, jogo de lona, cano de freio, fluido de freio.	126,50		
16/5/2006	1280/06	1980		Serviço mecânico.	15,00		
24/7/2006	1822/06	4579		Serviço mecânico na substituição de peças e reparos e aquisição de peças para manutenção e recuperação mecânica: cabo, transmissão angular, fechadura, buchas mag.	263,00		
24/7/2006	1824/06	684		Serviço mecânico na troca de motor de partida e conserto do motor MWM 2.8.	1.220,00		
1/8/2006	1871/06	16200		Aquisição de peças para manutenção e recuperação da mecânica: mola, espigão, bucha, grampo, porca dupla, pino mola, borracha estab., borracha amortecedor.	347,40		
1/8/2006	1872/06	16200		Serviços mecânicos na substituição de peças e reparos na mecânica.	160,00		

1/8/2006	1848/06	2071		Aquisição de 1 1/2 lona de freio, 2 retentor de cubo, 1 lata de graxa para reposição.	77,50		
1/8/2006	1849/06	2071		Serviço mecânico.	30,00		
15/8/2006	2002/06	1140		Aquisição parafusos, arruela, filtro de ar.	135,58		
15/8/2006	2000/06	849		Ajuste bomba injetora.	40,00		
15/8/2006	2011/06	2420		Aquisição bateria.	440,00		
15/8/2006	2087/06	16707		Aquisição palheta e máquina vidro.	101,00		
4/9/2006	2209/06	16537		Aquisição de mola, bucha e espigão.	121,00		
<b>Total</b>					<b>8.946,18</b>		

ANO 2007							
Data	NE	NF	Km	Produto / Serviço	Valor (R\$)	Manutenção preventiva	
						Padrão	É preventiva?
12/2/2007	314	17579		Aquisição mola 3ª tr, espigão, bucha silencioso dt/tr, borracha amortecedor, borracha estab tr, parafuso, mola, pino mola, grampo, porca dupla.	226,20		
12/2/2007	315	17579		Serviços de mola, solda e oxigênio.	135,00		
26/2/2007	447	30303		Aquisição palheta limpadora, conj. sinaleira.	505,27		
9/4/2007	845	2577		Aquisição retentor dt/tr, contra-pino, parafuso roda, aranha, lata graxa, conexão, parafuso..	134,70		
9/4/2007	846	2577		Serviços 4 cubos, 1 catraca, suporte da descarga.	90,00		
14/5/2007	1176	277		Serviços restauração fibra coluna pára-brisa.	198,00		
29/5/2007	1184	1254 - 1253		Aquisição induzido pinhão, bucha, jogo reparo, parafuso automático, rotor, diodo negativo.	332,00		
6/6/2007	1360	442		Serviço recuperação pára-choque tr e dt.	650,00		
11/6/2007	1388	31186		Aquisição farol, módulo sinaleirado, módulo sinaleira esq., módulo sinaleira traseira.	772,47		
23/7/2007	1796	126870		Aquisição de pneu.	1.180,00		
1/8/2007	1850	19119		Aquisição de molas, buchas, pinos, parafusos, grampos, algemas e outras peças.	701,00		
1/8/2007	1851	19119		Serviço de molas, solda e oxigênio.	304,00		
1/8/2007	1897	18275		Serviço de reteste e recarga extintor de incêndio.	50,00		
6/8/2007	1933	19117		Aquisição de peças.	336,90		
27/8/2007	2154	2745		Serviço troca sinaleira.	30,00		
28/8/2007	2166	20981		Serviço limpeza radiador.	70,00		
3/9/2007	2179	4494		Aquisição kits, bronzina biela, bronzina mancal, jg juntas, bomba óleo, válvula de adm., válvula de escape, cj compressor.	1.998,44		
3/9/2007	2196	58900		Aquisição retentor de válvula, junta coletor admissão, junta tampa válvula, junta cabeçote, junta coletor descarga, válvula termostática, tampa radiador.	367,94		
3/9/2007	2196	58900		Serviço retífica sede de válvula, esmerilhar e montar cabeçotes, aplainar cabeçotes, lavagem dos cabeçotes e revisão dos bicos.	298,04		

1/10/2007	2444	2787		Serviço troca peças.	20,00		
1/10/2007	2465	8751		Serviço em ventoinha.	120,00		
1/10/2007	2472	2799		Aquisição induzido, suporte c/ escova, bucha, lâmpadas, parafusos	184,50		
16/10/2007	2615	4698		Aquisição eixo piloto, jg vedação, rolamento, engrenagem, jg. Trava.	660,00		
22/10/2007	2637	59219		Aquisição junta do cabeçote, jg junta p/ retífica de válvula.	92,83		
22/10/2007	2638	59219		Serviço lavação de cabeçote, esmerilhar e montar cabeçote, retífica sede de válvula, aplinar cabeçote, serviço torno bujões cabeçote, retífica cabeçote.	586,82		
22/10/2007	2650 - 2765	23		Serviço motor.	1.802,00		
1/11/2007	2823	2886		Aquisição jg lona flex, lata graxa, retentor do cubo.	256,00		
1/11/2007	2824	2886		Serviço troca peças.	45,00		
17/8/2007	2062	31754		Aquisição parafuso roda tr., porca da roda, correia 6pk, parafuso da roda, motor acionamento mecânico.	764,09		
17/8/2007	2064	19254		Aquisição molas, bucha silencioso dt/tr, espigão 12x6, grampo 3/4, porca dupla, algema dt, pino mola dt, graxeira 3/8, trava pino mola.	436,70		
<b>Total</b>					<b>13.347,90</b>		

ANO 2008							
Data	NE	NF	Km	Produto / Serviço	Valor (R\$)	Manutenção preventiva	
						Padrão	É preventiva?
10/2/2008	443	20649		Aquisição de grampo e porca.	92,00		
5/3/2008	775	27524		Serviços de recapagem de pneus.	390,00		
1/4/2008	1041	2968		Mão de obra no painel.	15,00		
2/5/2008	401	65		Reparo no motor.	2.698,91		
14/5/2008	1419	21397		Aquisição de trava pino, mola, grampo, porca dupla, mola, espigão, grampo e porca dupla.	555,40		
16/5/2008	1458	688585		Aquisição de cabo acelerador, rolamento cardan e amortecedor.	268,00		
2/6/2008	1601	3116		Aquisição de lâmpada, fusível, buzina e disjuntor.	76,00		
15/6/2008	206	2469		Retífica parcial motor.	325,00		
2/7/2008	1854	3095		Mão de obra conserto de cabos.	100,00		
2/7/2008	1855	3151		Aquisição de chave de ignição, ponteira bateria, terminal bateria, fusível e automático.	308,00		
25/7/2008	2060	22049		Serviço de mola, solda e oxigênio.	140,00		
25/7/2008	2059	22.049		Aquisição de parafusos, porca, bucha, espigão, etc.	84,30		
7/8/2008	2485	5656		Aquisição de retentor, cubo cardan, garfo, terminal maior, fixador, cruzeta, porca, trava da porca, rolamento.	1.191,10		
15/8/2008	2618	3116		Aquisição de lâmpada, fusível, buzina e disjuntor.	76,00		
15/8/2008	2619	3066		Concerto placa eletrônica.	80,00		
19/8/2008	2225	494		Serviço para fixar pára-choques e pintura	4.950,00		
2/9/2008	2334	3210		Aquisição de rotor, estator, tampa diodo, rolamento,	575,00		

				lâmpada e botão de partida.			
6/9/2008	2351	22413		Aquisição bucha silencioso, mola, grampo, porca dupla e espigão.	676,80		
<b>Total</b>					<b>11.410,41</b>		

Veículo placa: LYM 5661	Ano fabricação: 1991
Modelo: Mercedes Benz 1318	Idade: 18 anos
Capacidade: 42 assentos	
Combustível: Diesel	

ANO 2006							
Data	NE	NF	Km	Produto / Serviço	Valor (R\$)	Manutenção preventiva	
						Padrão	É preventiva?
1/2/2006	351/06	2985		Aquisição bateria.	280,00		
14/2/2006	420/06	20363		Aquisição de flexível, rebolo, macaco.	356,10		
23/2/2006	554/06	11931		Aquisição alavanca de aço e correia.	82,00		
2/5/2006	1134/06	12		Peça em acrílico/vidros.	545,08		
11/5/2006	1204/06	15578		Aquisição suporte, parafuso, porca, molas.	240,40		
21/7/2006	1796/06	16128		Serviços mecânicos na troca de molas, solda e oxigênio e aquisição de 05 molas, bucha, algema, pino, mola, graxeira, grampo, parafuso, arruela, porca dupla e outras peças para manutenção e recuperação.	1.032,10		
21/7/2006	1777/06	19828		Reparo geral direção hidráulica	140,00		
21/7/2006	1176/06	9721 e 9722		Aquisição de peças: reparo, esferas, pino, capa sangrador, anel borracha, rolamento, filtro, suporte direção, etc.	820,00		
1/8/2006	1893/06	7624		Serviço de balancear volante e alavanca marcha do ônibus.	200,00		
20/9/2006	2295/06	103		Aquisição 01 bateria, 01 par de farol, 01 prato disco para manutenção e recuperação.	772,00		
28/11/2006	2918/06	680		Serviço de solda chassi, pára-choque dianteiro	850,00		
<b>Total</b>					<b>5.317,68</b>		

ANO 2007							
Data	NE	NF	Km	Produto / Serviço	Valor (R\$)	Manutenção preventiva	
						Padrão	É preventiva?
22/1/2007	183	2493		Aquisição bateria.	390,00		
12/2/2007	310	2407 - 2410		Aquisição jg lona freio, rolamento cubo, aranha trava, retentor cubo, solda inox, junta base, mola acelerador, junta do cubo, porca 10 mm, graxeira; embuchamento, rolamento externo, retentor cubo, borracha amortecedor dianteiro, contra-	844,10		

				pino.			
12/3/2007	644	122026		Aquisição 04 pneus e câmaras.	3.788,00		
2/4/2007	754	8108		Recapagem pneus.	916,00		
9/4/2007	855	18184		Aquisição bucha tr, espigão, pino mola, graxeira, arruela suporte, trava pino mola, algema tr, grampo 3/4, porca dupla, arruela, mola.	277,00		
9/4/2007	856	18184		Serviço molas, solda e oxigênio.	160,00		
20/4/2007	934	525		Serviço conserto em ponta de eixo dianteiro.	450,00		
21/5/2007	1239	2214		Serviço retífica cabeçote motor.	241,00		
11/6/2007	1422	58489		Aquisição guias válvula descarga, junta e arruelas.	137,48		
11/6/2007	1423	58489		Serviço troca peças.	435,95		
2/7/2007	1564	480		Aquisição pneu e câmara ar.	1.398,00		
2/7/2007	1597	40951		Serviço transporte molas para manutenção do veículo.	13,00		
11/7/2007	1715	16		Aquisição de conjunto diferencial completo.	5.432,00		
16/7/2007	1768	77		Aquisição peças em acrílico.	159,77		
1/8/2007	1889	623190		Aquisição de peças.	1.590,60		
1/8/2007	1893	21480		Aquisição de rotor e estator.	250,00		
17/8/2007	2061	19224		Aquisição mola 1ª dt, mola 2ª dt, bucha dt/tr.	553,70		
17/8/2007	2069	1167		Serviço retífica motor.	1.951,00		
27/8/2007	2146	2761		Aquisição kit falante e caixa, antena 2 estágios, cinta CD, chapinha fixar CD, parafusos com rosca, soquete 2 pólos, lente com luz ré, terminal, capinha e fios.	108,00		
27/8/2007	2150	2759		Aquisição lanterna dianteira, lâmpadas, soque sinaleira, soquete farol.	58,00		
27/8/2007	2154	2746		Serviço limpador e sinaleiras.	45,00		
28/8/2007	2166	20981		Serviço troca caixa e limpeza radiador.	230,00		
10/9/2007	2344	21093		Aquisição suporte lat. com.esq., espelho retrovisor, buzina, arco de serra, sapata espelho inf.gr., parafuso, farol aux. Milha redondo, lâmpada, antena, botão uso geral.	365,00		
1/10/2007	2443	2798		Aquisição chave luz, rele auxiliar, terminais p/ fios, capinha terminal.	49,80		
1/10/2007	2444	2788		Serviço troca peças.	20,00		
1/10/2007	2473	25124		Aquisição flexível, correia, mangueira, abraçadeira.	215,90		
1/10/2007	2475	9620		Aquisição assento completo c/ amortecedor, rolamento eixo câmbio.	237,00		
1/10/2007	2480	129225		Aquisição pneu, câmara, protetor radiador.	2.302,00		
22/10/2007	2650 - 2765	22		Serviço motor e socorro no interior do Município.	2.093,00		
1/11/2007	2791	723		Aquisição 2 baterias.	700,00		
1/12/2007	3054	1237		Serviço de solda e torno, suporte do motor.	595,86		
5/12/2007	3104	3		Serviço recuperação compressor ar.	1.680,00		
<b>Total</b>					<b>27.687,16</b>		

ANO 2008							
Data	NE	NF	Km	Produto / Serviço	Valor (R\$)	Manutenção preventiva	
						Padrão	É preventiva?
5/2/2008	424	2484		Serviço de retífica do motor.	1.267,00		
10/2/2008	488	2468		Retífica motor.	1.200,00		
15/2/2008	545	668587		Aquisição de um bloco para motor diesel, bronzina, rolamento, retentor, bomba água, pino terminal, válvula, etc.	2.506,55		
20/2/2008	488	472		Serviço referente a reparos.	5.990,00		
10/3/2008	791	18531		Aquisição de extintor de incêndio.	65,00		
1/4/2008	1051			Aquisição de buchas, graxeiros, arruelas, parafusos, porca e pinos.	264,00		
1/4/2008	1049	6786672		Aquisição de união emenda, porca, filtro de lubrificante, rolamento, câmara, pastilha, barra de direção, correia, chave, borracha.	1.065,18		
8/4/2008	1192	22982		Motor limpador.	405,00		
2/5/2008	1297	3082		Aquisição de jogo de palhetas.	35,00		
5/5/2008	1632	126		Troca de motor de partida.	695,00		
2/6/2008	1649	145		Serviço revisão motor.	1.127,00		
2/6/2008	1600	3059		Mão de obra para troca do fusível.	20,00		
2/6/2008	1601	3107		Fusível louça.	5,00		
17/6/2008	1747	21693		Grampo, porca borracha bucha rebite, etc.	1.043,00		
2/7/2008	1879	21854		Aquisição de mola, espigão, grampo, pino e rebite.	735,50		
15/8/2008	2618	3107		Fusível .	5,00		
15/8/2008	2619	3060		Mão de obra.	20,00		
15/8/2008	2216	1124		Aquisição de caixa satélite, cilindro, bucha, lona, terminal e ponta de eixo.	1.663,00		
15/8/2008	2217	923		Serviço de troca da caixa satélite, freios, suspensão e embuchamento.	640,00		
22/9/2008	2451	693		Serviço de apertar suporte de embreagem.	55,00		
<b>Total</b>					<b>18.806,23</b>		

Veículo placa: KRA 1852	Ano fabricação: 1996
Modelo: Mercedes Benz 1318	Idade: 13 anos
Capacidade: 43 assentos	
Combustível: Diesel	

ANO 2006							
Data	NE	NF	Km	Produto / Serviço	Valor (R\$)	Manutenção preventiva	
						Padrão	É preventiva?
20/3/2006	749	1875		Retentor traseiro, mangueira de pressão, insert, catraca traseira, retentor dianteiro, lata de graxa, jogo de lona, aplicação de silicone e retentor traseiro.	633,50		
20/3/2006	764	1875		Mão de obra para instalação do cubo, catraca e braço do estabilizador e descarga.	120,00		
30/3/2006	836/06	524501		Aquisição peças: coxim, parafuso, bucha, borracha.	200,00		
19/5/2006	1329/06	15708		Aquisição 02 molas 3a. e 6ª dianteiros.	251,00		
25/6/2006	2090	27		Peça em acrílico.	246,79		
20/9/2006	2352/06	2178		Aquisição pino, trava de pino, mola de patim, lona de freio, pistão, cabo de bico, braçadeira, reparo e válvula de freio, óleo de freio, retentor de cubo.	320,50		
20/9/2006	2353/06	2178		Serviços mecânicos.	80,00		
<b>Total</b>					<b>1.851,79</b>		

ANO 2007							
Data	NE	NF	Km	Produto / Serviço	Valor (R\$)	Manutenção preventiva	
						Padrão	É preventiva?
1/3/2007	511	2487		Aquisição do reparo do compressor, reparo da válvula de lâminas e terminal de bateria.	122,00		
1/3/2007	467	3951		Aquisição de uma correia alternada.	38,00		
12/3/2007	603	7105		Aquisição de emendas simples e famastil alicate bico meia.	146,00		
12/3/2007	554	17815		Aquisição de molas, grampo, porca, arruela, bucha, suporte, separador e parafuso	215,40		
12/3/2007	589	17861		Aquisição de grampo, porca dupla, arruela cônico, bucha estabilizador.	270,20		
25/3/2007	698	122583		Aquisição de pneus.	2.035,06		
9/4/2007	837	123368		Aquisição de pneus, câmara e protetor.	1.950,00		
11/6/2007	1400	2663		Aquisição de reparo da válvula e válvula do estacionário.	374,40		
15/6/2007	1464	50853		Aquisição de pneus.	1.040,00		

13/8/2007	1990	2782, 2781 e 2784	Aquisição de duas cuícas dianteira, dois reparo do cabeçote, repara regulador moderno, seis parafusos, jogos de lona, bucha mancal, estabilizador, pino patin dianteiro e traseiro e outras peças.	1.764,30		
13/8/2007	1991	2782, 2781 e 2784	Serviços de estabilizador, embuchamento de eixo, reparo do compressor, válvula e cuícas e recuperação do veículo.	300,00		
3/9/2007	2193	240	Aquisição de um jogo de coroa e pinhão, jogo de disco e platô e uma ponta de eixo.	3.867,00		
3/9/2007	2206	19364	Aquisição de mola, espigão e grampo.	311,90		
15/10/2007	2604	21129	Serviços mecânicos na substituição de peças e reparos.	160,00		
16/10/2007	2618	19707	Aquisição de buchas, arruelas, espigão, pino de mola, parafuso, porca dupla, grampos e outras peças.	467,50		
16/10/2007	2619	19707	Serviços mecânicos na substituição de peças e reparos.	155,00		
1/11/2007	2825	3135	Colméia para radiador.	720,00		
1/11/2007	2814	4467	Aquisição de correias.	42,00		
10/11/2007	2941	740	Serviços de carcaça, torno e solda chassis.	650,00		
10/11/2007	2942	1014	Aquisição de caixa satélite.	750,00		
16/1/2007	114	2544	Aquisição de induzido, suporte com escova, reparo completo, bucha e terminal de bateria.	244,00		
16/1/2007	116	2532 e 2533	Serviço elétrico e motor de arranque.	75,00		
1/8/2007	1850	19119 e 19118	Aquisição de molas, buchas, pinos, parafusos, grampos, algemas e outras peças.	1.194,00		
1/8/2007	1855	19119 e 19118	Serviços de mola, solda e oxigênio.	804,00		
1/8/2007	1889	62310	Aquisição de peças para manutenção e recuperação do ônibus.	530,00		
1/10/2007	2465	8750	Serviço de solda e refurar o chassis e soldar e tornear a carcaça.	864,00		
12/3/2007	588	49	Peça em acrílico.	81,76		
28/3/2007	727	342	Troca lateral , pára-choque e pintura completa.	1.800,00		
2/4/2007	757	597187	Aquisição de peças para manutenção e recuperação do ônibus.	438,90		
2/4/2007	762	25359	Recapagem de pneus.	757,50		
1/6/2007	1342	2651, 2652	Aquisição de peças para manutenção e recuperação do ônibus.	1.366,90		
1/6/2007	1343	2651,26 52	Serviços mecânicos na substituição de peças e reparos.	1.366,90		
3/9/2007	2220	63724	Aquisição de peças para manutenção e recuperação do ônibus.	903,39		
<b>Total</b>				<b>25.805,11</b>		

ANO 2008							
Data	NE	NF	Km	Produto / Serviço	Valor (R\$)	Manutenção preventiva	
						Padrão	É preventiva?
2/1/2008	12	466		Serviços mecânicos e substituição de peças.	2.000,00		
1/2/2008	361	799		Fazer embuchamento completo dianteiro, serviço de mola, suporte eixo diferencial.	1.130,00		
1/2/2008	362	1050		Aquisição de caixa satélite, molas traseiras, rolamentos do cubo, suporte de molas, lona cardan, ponta de eixo, suporte jumela, cilindro de freio traseiro, suporte rei, pinos centro, rolamentos cubo dianteiro.	2.420,00		
5/2/2008	397	28579		Aquisição de 5 formas naval sem pintura.	118,75		
10/2/2008	482	2969		Aquisição de parafusos, jogos de lona, retentor, molas, reparos, buchas do mancal do estabilizador, tampa do mancal, torno de encher e torneir, solda flexível, conexão, pino do patin.	1.025,00		
15/2/2008	548	18582		Aquisição de 04 pneus	4.200,00		
1/3/2008	678	2933		Serviço prestado em faróis.	40,00		
1/3/2008	713	3002		Aquisição de contra pino, parafusos, retentor, cuíca estacionária e lona de freio.	443,00		
1/3/2008	695	1274		Serviço de torno e solda do suporte de caixa.	340,00		
10/3/2008	791	18531		Serviço de recarga de extintores de incêndio.	65,00		
10/3/2008	809	20873		Aquisição de molas, espigão, grampos, porcas duplas e arruelas.	461,00		
12/5/2008	1412	485		Reforma completa do ônibus.	15.650,00		
16/5/2008	1453	23980		Aquisição de duas rodas sem anel.	1.180,00		
2/7/2008	1877	3939		Aquisição de três baterias.	980,00		
21/7/2008	2025			Aquisição de conjunto completo diferencial blindado.	4.631,00		
6/8/2008	2161	3967		Aquisição de uma bateria.	360,00		
15/8/2008	2212	9672		Serviço em eixo dianteiro.	180,00		
19/8/2008	2242	193		Mão de obra limpeza radiador, troca de junta de cabeçote, caixa de câmbio, regulagem motor, carcaça, cabeçote e bomba injetora.	1.100,00		
16/9/2008	2429	3370		Lona de freio e arrebite	134,10		
10/10/2008	2520	222654		Aquisição de lonaflex, lona de freio.	210,00		
17/10/2008	2538	144		Aquisição de caixa satélite, coroa e pinhão.	4.400,00		
20/10/2008	2550	40		Recuperação da caixa de direção e marcha.	2.550,00		
2/12/2008	3896	52793		Aquisição de rolamentos cardan, cruzeta cardan, flange caixa, chapa da cruzeta, hélice do cargo, retentor de caixa.	1.165,00		
5/12/2008	2716	10392		Aquisição de bateria.	467,00		
<b>Total</b>					<b>45.249,85</b>		

ANO 2009							
Data	NE	NF	Km	Produto / Serviço	Valor (R\$)	Manutenção preventiva	
						Padrão	É preventiva?
3/3/2009	413	46500		Recapeamento de pneus.	3.950,00		
14/4/2009	652	7710		Serviço de solda.	10,00		
14/4/2009	653	27756		Aquisição de 02 tambores de freio, 04 bandana, 01 tampa de combustível, 01 lateral esquerda, 01 kit para choque, 01 silencioso e 01 tubo intermediário.	1.905,00		
24/4/2009	691	15921		Aquisição de disco e mola.	1.516,00		
1/6/2009	845	3867		Aquisição de tambor de freio e nona de freio.	735,00		
<b>Total</b>					<b>8.116,00</b>		

<b>PT N° 04</b>	<b>ENTREVISTA NAS ESCOLAS ESTADUAIS</b>
-----------------	---

<b>IDENTIFICAÇÃO DA AUDITORIA</b>	
<b>PROGRAMA:</b>	TRANSPORTE ESCOLAR
<b>MUNICÍPIO:</b>	CERRO NEGRO
<b>QUESTÃO 1 - Os procedimentos de planejamento e controle adotados pelo Estado contribuem para o atendimento da demanda?</b>	

<b>IDENTIFICAÇÃO DA EXECUÇÃO DA AUDITORIA</b>	
<b>DATA:</b>	10/11/2009
<b>LOCAL:</b>	ESCOLA ESTADUAL OTÍLIA ULISSEIA UNGARETHI
<b>RESPONSÁVEL:</b>	NEIVA – ASSISTENTE DE DIREÇÃO E LURDES - ADMINISTRADORA ESCOLAR
<b>AUDITOR:</b>	GLÁUCIA DA CUNHA, MICHELLE FERNANDA DE CONTO, LEONIR SANTINI

<b>ENTREVISTA SOBRE QUESTÃO 1 – Planejamento e controle</b>	
01	<p>1.1 - Existe documento de requisição do transporte escolar?  <input checked="" type="checkbox"/> SIM – Responder questões 1.2 e 1.3      <input type="checkbox"/> NÃO            A FICHA DE MATRÍCULA DO SISTEMA SERIE CONTÉM A SOLICITAÇÃO DE TRANSPORTE, QUILOMETRAGEM E LOCALIDADE ONDE O ALUNO RESIDE.</p> <p>1.2 – A requisição é acompanhada de documentação comprobatória? Quais os documentos solicitados?  <input type="checkbox"/> SIM      <input checked="" type="checkbox"/> NÃO            SOLICITA CÓPIA DO RG E CERTIDÃO DE NASCIMENTO.</p> <p>1.3 – Existe documento com o resultado da análise da requisição (deferimento ou indeferimento)?  <input type="checkbox"/> SIM – Solicitar cópia      <input checked="" type="checkbox"/> NÃO            Solicitar cópia do documento de requisição e de deferimento/indeferimento.</p>
02	<p>2.1 - Você possui a listagem dos alunos que <b>requereram</b> o transporte escolar neste ano?  <input type="checkbox"/> SIM – Solicitar cópia      <input checked="" type="checkbox"/> NÃO</p> <p>2.2 – Caso sim, onde consta este registro (sistema informatizado ou manual)?</p> <p>2.3 – Existe registro dos alunos que <b>requereram</b> o transporte mas <b>não foram beneficiados</b>?  <input type="checkbox"/> SIM – Solicitar cópia      <input checked="" type="checkbox"/> NÃO            TODOS OS QUE REQUEREM SÃO BENEFICIADOS.</p>
03	<p>3.1 - Você possui o cadastro dos alunos transportados?  <input checked="" type="checkbox"/> SIM – Solicitar cópia.      <input type="checkbox"/> NÃO            Quais dados este cadastro contém?            NA FICHA DE MATRÍCULA CONSTAM DADOS ACERCA DO ALUNO, LOCALIDADE, DISTÂNCIA DA ESCOLA, TURNO, ETC.</p> <p>3.2 - Onde estão armazenados estes dados (sistema informatizado ou manual)?            NO SISTEMA INFORMATIZADO SERIE.</p>
04	<p>4.1 - Você tem conhecimento se o Estado realiza fiscalização/avaliação do transporte escolar executado pelo Município aos alunos da rede estadual de ensino?  <input type="checkbox"/> SIM – Responder questões 4.2 e 4.3      <input checked="" type="checkbox"/> NÃO            NÃO RECEBEU VISITA DA GERED OU DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO PARA VERIFICAR O ESTADO/SITUAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR E ALUNOS DA REDE ESTADUAL TRANSPORTADOS.</p>

	<p>4.2 – Quais os problemas encontrados?          OS PAIS RECLAMAM DOS CARONAS QUE TIRAM O LUGAR DOS ALUNOS. ACHAM QUE ÀS VEZES É PRECISO DAR CARONA, EM CASO DE NECESSIDADE.</p> <p>4.3 –Quais os resultados alcançados?          SEM RESULTADOS.</p>
05	<p>Como é feito o cálculo da distância residência/escola que será informado no SERIE/ESCOLA?          OS PAIS INFORMAM A DISTÂNCIA E ACREDITAM NA INFORMAÇÃO.</p>

ITEM	OUTRAS OBSERVAÇÕES
	São 536 alunos matriculados e 387 alunos transportados, ou seja, 72% dos alunos matriculados são efetivamente transportados.
	Só é transportado aluno fora do período urbano.
	Todos os alunos que requisitam transporte são beneficiados.
	Os alunos faltam às aulas quando o ônibus quebra.
	Quando há reunião dos pais, os alunos ficam em casa e os pais são transportados.
	Quando há mau tempo os alunos não são transportados.
	Encaminham relação do Serie para a Secretaria de Educação.
	Quem decide quem precisa de transporte é o beneficiário e a escola.
	A necessidade de transporte escolar está diminuindo.
	Os alunos reclamam da precariedade dos ônibus.
	Afirmam, também, que os alunos estragam os ônibus.

<b>PT Nº 05</b>	<b>ATA DA REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO DA MATRIZ DE PLANEJAMENTO</b>
-----------------	---

<b>IDENTIFICAÇÃO DA AUDITORIA</b>	
<b>PROGRAMA:</b>	TRANSPORTE ESCOLAR
<b>ÓRGÃO/ENTIDADE:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CERRO NEGRO

<b>IDENTIFICAÇÃO DA EXECUÇÃO DA AUDITORIA</b>	
<b>DATA:</b>	23/11/2009
<b>LOCAL:</b>	PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
<b>RESPONSÁVEL:</b>	PREFEITO JANERSON JOSÉ DELFES FURTADO
<b>AUDITOR:</b>	GLÁUCIA DA CUNHA, MICHELLE FERNANDA DE CONTO, LEONIR SANTINI

No dia vinte e três de novembro de 2009 às quatorze horas foi realizada reunião na sala da administração da Prefeitura de Cerro Negro. Participaram da reunião o Prefeito, Sr. Janerson José Delfes Furtado, Sra. Sirlene, Secretária Municipal da Educação e a Sra. Cláudia, responsável pelo controle interno da Prefeitura; além dos auditores fiscais de Controle Externo do TCE Gláucia da Cunha, Michelle Fernanda De Conto e Leonir Santini. Inicialmente a auditora fiscal Gláucia apresentou a equipe de auditoria e solicitou que os demais participantes também se apresentassem. Na continuidade, a auditora Gláucia deu início à apresentação dos *slides* explicando o conceito, o objetivo e o fluxo da auditoria operacional, bem como o objetivo geral da auditoria. Na continuidade da apresentação, a auditora Gláucia passou a explicar a Matriz de Planejamento da Auditoria. Após considerações de todos sobre o processo do transporte escolar no Município, a auditora Michelle colocou que a matriz apresentada foi elaborada para todos os Municípios, não sendo específica para Cerro Negro, em razão da impossibilidade de visita ao Município em momento anterior à execução da auditoria. Neste sentido, solicitou a opinião e sugestões dos presentes sobre o planejamento elaborado pelos técnicos do Tribunal. Os presentes concordaram com a matriz de planejamento apresentada. A Sra. Cláudia ressaltou que a auditoria deveria levar em consideração a extensão do Município e as condições das estradas em que os veículos realizam o transporte escolar. Ao final da explanação, foi solicitado à Secretária de Educação que informasse as placas dos veículos escolares, os trajetos que os veículos realizavam,

as localidades e a direção das escolas estadual e municipais para que os auditores do TCE pudessem realizar visita técnica a esses locais. Foi solicitado, ainda, agendamento de horário para entrevista na escola estadual e confirmação da realização do grupo focal com os motoristas às 09:30 horas do dia seguinte, terça-feira. A Secretária da Educação informou que já havia reservado uma sala para os auditores do TCE trabalharem e que esta mesma sala foi reservada para a realização do grupo focal no horário solicitado. A reunião foi encerrada com os agradecimentos dos auditores fiscais à atenção do Prefeito e demais participantes.

**PT 06 - ATA DA REUNIÃO DO GRUPO FOCAL COM OS MOTORISTAS DO TRANSPORTE ESCOLAR DE CERRO NEGRO**

IDENTIFICAÇÃO DA AUDITORIA	
<b>PROGRAMA:</b>	TRANSPORTE ESCOLAR
<b>ÓRGÃO/ENTIDADE:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CERRO NEGRO

IDENTIFICAÇÃO DA EXECUÇÃO DA AUDITORIA	
<b>DATA:</b>	24/11/2009
<b>LOCAL:</b>	PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO
<b>RESPONSÁVEL:</b>	PREFEITO JANERSON JOSÉ DELFES FURTADO
<b>AUDITOR:</b>	GLÁUCIA DA CUNHA, MICHELLE FERNANDA DE CONTO, LEONIR SANTINI

No dia vinte e quatro de novembro de 2009, às quinze horas, na sala do Secretário da Administração e Finanças do Município, foi realizada reunião do Grupo Focal. Participaram da reunião onze motoristas do transporte escolar, sendo nove motoristas dos veículos escolares da Prefeitura de Cerro Negro (cinco contratados e quatro efetivos) e dois terceirizados, junto com os Auditores Fiscais Michelle Fernanda De Conto, Gláucia da Cunha e Leonir Santini. O Grupo Focal foi conduzido pela Auditora Fiscal Michelle, que abriu os trabalhos detalhando os objetivos da reunião a ser realizada naquela tarde, isto é, conhecer o transporte escolar e identificar situações a serem melhoradas a partir da visão de quem executa o transporte no Município. Para iniciar os trabalhos a auditora Michelle solicitou que os motoristas fossem identificados por apelido, para que os mesmos não tivessem problemas, porém eles disseram que poderiam ser identificados pelo próprio nome. Os motoristas foram sendo questionados, quando então começaram a relatar a situação dos veículos, a manutenção dos mesmos, a relação com os alunos transportados, etc. Relataram sobre a situação dos veículos: em geral estavam bons, havia mecânico da Prefeitura, que resolvia os problemas pequenos, caso não fosse possível mandavam o veículo para as oficinas das cidades próximas. Os veículos mais velhos só tinham cinto de segurança para o motorista. Informaram que as crianças não usavam o cinto, somente quando sabiam que a Polícia esta fazendo fiscalização. Ainda sobre a situação dos veículos, afirmaram que sempre havia problemas no freio e motor de arranque, mas que sempre que solicitavam o conserto

eram atendidos. Declararam que as condições mais precárias ocorriam com os veículos terceirizados, sendo que dois estavam em péssimas condições e muitos eram velhos, inclusive um veículo já estava com 39 anos de uso. Ainda, admitiram a existência de um veículo de transporte escolar transformado em refeitório para operários da Secretaria de Obras, pois estava sem condições de uso. Sobre acidentes asseguraram que nunca sofreram acidente com os veículos escolares. Era comum o carro cair na valeta quando chovia, mas não era preciso ser rebocado, conseguia sair sozinho. As estradas estavam ruins, os problemas maiores estavam na lataria. Sobre a manutenção preventiva afirmaram que os próprios motoristas cuidavam da manutenção. Na oficina da concessionária só quando o veículo estava na garantia. Sobre a quebra dos veículos, afirmaram que naquele momento um micro-ônibus estava na oficina em Lages e por isso as crianças estavam dois dias sem aula. Quando o tempo para conserto era maior, não afirmaram de quanto tempo, a Prefeitura alugava um veículo. Quando era um veículo terceirizado que quebrava os alunos ficavam sem aula devido à falta de veículo reserva. Quanto aos pneus, os motoristas verificavam a situação dos mesmos e pediam a troca quando necessária. Usavam pneus novos na dianteira e recauchutados na traseira. Quanto ao funcionamento do hodômetro, afirmaram que cinco veículos estavam com problemas, sendo quatro próprios e um terceirizado, sendo que os hodômetros dos veículos próprios sumiram de dentro da garagem, foram roubados. Sobre a autorização para o transporte de escolares emitida por órgão de trânsito estadual (Detran) nenhum possuía. Sobre a forma de contratação dos motoristas, eram cinco efetivos e quatro contratados, sendo que dois foram contratados para serem motoristas de escolares. Sobre o curso especializado para condutores de escolares, apenas três fizeram o curso do Sest/Senat. Todos faziam serviços extras na Prefeitura, como motorista de caçambas, tratores, motoniveladoras, etc. Sobre avaliação informaram que nunca sofreram qualquer avaliação, seja do Estado ou do Município. Ao serem questionados de como conheciam o trajeto no primeiro dia de aula, informaram que geralmente moravam na comunidade e, portanto, já conheciam o trajeto. E com relação aos alunos disseram que já conheciam de um ano para outro e se fosse acrescentado durante o ano outro aluno, a Secretaria avisava o conduto. Sobre esquecimento de alunos na escola disseram que já havia acontecido com dois motoristas, mas foi uma eventualidade. Sobre carona disseram

que não ocorria todos os dias, mas todos davam carona, ou seja, quem estivesse no ponto era transportado. Sobre superlotação afirmaram que havia superlotação nas linhas Barra do Salto e Raitz, para a Escola Estadual, e detalharam alguns veículos, tais como o LBB-7305 com 54 lugares, transportando cerca de 60 alunos; um micro de 24 lugares, transportando 28 alunos e outro de 36 lugares, transportando 50 alunos. Sobre norma de comportamento, afirmaram que não existia norma por escrito, mas eram orientados verbalmente pela Secretária. Sobre reclamação dos pais afirmaram que não existia. Sobre a ficha de controle do veículo disseram que, exceto um veículo, os demais possuíam a ficha, onde eram anotados dados sobre quilometragem e abastecimento do veículo, sendo que os veículos que estavam com o hodômetro quebrado ou sem o hodômetro, que era a maioria, só anotavam o abastecimento. Sobre a aquisição de ônibus usados afirmaram que todos os grandes foram adquiridos com idade avançada. Sugestões apresentadas pelos condutores: não precisar parar em todas as casas e determinar pontos de parada para que as crianças se encontrassem em determinados pontos; melhorar a frota, havia veículos com mais de 500.000 km rodados e em condições precárias; ter veículo reserva. A reunião foi encerrada pela auditora fiscal Michelle Fernanda De Conto, com os agradecimentos pela disponibilidade dos motoristas, bem como pela colaboração dos mesmos para o sucesso da auditoria.

## **PT Nº 07 - ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO DIRETA – CERRO NEGRO**

1. Controle de entrada / acesso aos veículos escolares.
2. Carona no veículo escolar.
3. Superlotação dos veículos.
4. Passageiros transportados em pé.
5. Documento de autorização para transporte de escolares.
6. Condições gerais dos veículos (cinto de segurança, lataria, pintura, pneus...)

Não esquecer de anotar: DATA – HORÁRIO - VEÍCULO (PLACA) – TRAJETO

### **24/11/2009**

1. MAJ 3639 – Não tem cinto de segurança. Não tem hodômetro.
2. IHD 4756 – Em estado precário. Hodômetro não funciona. Banco do motorista e demais bancos rasgados. Assoalho rachado. Lanternas quebradas. Não tem identificação ESCOLAR. Não tem cinto de segurança. Pneu careca na dianteira. Ferro de apoio para entrar no veículo está solto. Tem buraco no pneu dianteiro direito. Os alunos relataram que o ônibus falta muito e eles não conseguem ir às aulas.
3. MFZ 9440 – Está em bom estado.

### **25/11/2009**

4. MDR 1432 – Lanterna quebrada, pneu recapado na dianteira e banco quebrado.
5. MER 0242 – Lanterna traseira quebrada.
6. MBX 9556 – Lanterna e pára-choque quebrados. Pneus carecas. Banco quebrado. Pneu *step* dentro do ônibus, em cima do banco, tirando lugar do aluno.
7. LZX 5957 – Sem cinto de segurança, bancos rasgados, bancos quebrados, bancos sem encosto. Não tem identificação ESCOLAR. Pneus dianteiros carecas. Superlotado com muitos alunos em pé. Motorista informou que leva até 80 alunos em uma só viagem.



## **ANEXOS**



**ANEXO A**  
DOCUMENTOS RELATIVOS AO VEÍCULO KRA-1852





**ANEXO B**  
DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO DOS CONDUTORES





## **ANEXO C**

### **DOCUMENTOS RELATIVOS AO ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS NÃO UTILIZADOS NO TRANSPORTE ESCOLAR**



**Decisão n. 4708/2010**

1. Processo n. RLA -09/00642408
2. Assunto: Grupo 2 – Auditoria Operacional (modalidade desempenho) nos serviços de transporte escolar público municipal -exercício de 2009
3. Responsável: Janerson José Delfes Furtado -Prefeito Municipal
4. Entidade: Prefeitura Municipal de Cerro Negro
5. Unidade Técnica: DAE

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Conhecer do Relatório de Auditoria Operacional DAE n. 014/2010, que teve como objetivo avaliar se o Município de Cerro Negro oferece transporte escolar a todos os alunos da rede pública de ensino que necessitavam deste serviço e avaliar as condições do serviço prestado, com alcance ao exercício de 2009.

6.2. Conceder à Prefeitura Municipal de Cerro Negro o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta decisão no Diário Oficial Eletrônico deste Tribunal de Contas, com fulcro no art. 5º da Instrução Normativa n. TC-03/2004, para que apresente a esta Corte de Contas Plano de Ação com a indicação do responsável pelo mesmo, bem como indique os responsáveis para cada ação a seguir identificada, estabelecendo prazos para a adoção de providências visando ao atendimento das seguintes determinações e recomendações:

6.2.1. Determinações:

6.2.1.1. Providenciar semestralmente a Autorização dos veículos próprios para o Transporte Coletivo de Escolares junto ao órgão de trânsito competente e mantê-la afixada nos veículos, conforme arts. 136, II, e 137 do Código de Trânsito Brasileiro (parágrafo 4.17 do Relatório DAE);

6.2.1.2. Exigir dos contratados do transporte escolar (terceirizados), e em futuro processo licitatório, a Autorização para o Transporte Coletivo de Escolares emitida pelo órgão de trânsito competente dos veículos que realizam o serviço e a sua renovação a cada semestre, bem como a sua fixação nos veículos, em respeito aos arts. 136 e 137 do Código de Trânsito Brasileiro (parágrafo 4.17 do Relatório DAE);

6.2.1.3. Incluir nas licitações e contratos de serviço terceirizado de transporte coletivo de escolares a exigência da inscrição/dístico "ESCOLAR", conforme determina o inciso III do art. 136 do Código de Trânsito Brasileiro (parágrafo 4.9 do Relatório DAE);

6.2.1.4. Exigir a identificação de "ESCOLAR" nos veículos terceirizados que realizam o transporte escolar, conforme art. 136 do Código de Trânsito Brasileiro (parágrafo 4.17 do Relatório DAE);

6.2.1.5. Exigir dos terceirizados a existência de cintos de segurança em número igual ao da lotação dos veículos que realizam o transporte escolar, em atenção aos arts. 105 e 136, VI, do Código de Trânsito Brasileiro (parágrafo 4.17 do Relatório DAE);

6.2.1.6. Exigir no processo licitatório e no contrato de prestação de serviço de transporte escolar (terceirizado) a habilitação na categoria "D" e curso especializado dos condutores de veículos, inclusive curso de reciclagem, em respeito aos incisos II e V do art. 138 do Código de Trânsito Brasileiro (parágrafo 4.58 do Relatório DAE);

6.2.1.7. Exigir na nomeação para o cargo de motorista escolar da Prefeitura a habilitação na categoria "D" e curso especializado para os condutores dos veículos, inclusive para os contratados em caráter temporário, em respeito ao art. 138 do Código de Trânsito Brasileiro (parágrafo 4.58 do Relatório DAE);

6.2.1.8. Exigir dos funcionários que atuam na função de condutor de veículos escolares a habilitação na categoria "D", em respeito ao inciso II do art. 138 do Código de Trânsito Brasileiro (parágrafo 4.58 do Relatório DAE);

6.2.1.9. Providenciar o curso especializado para os funcionários que atuam na função de condutor de veículos escolares que ainda não possuem e, periodicamente, curso de reciclagem, em respeito ao inciso V do art. 138 do Código de Trânsito Brasileiro e à Resolução Contran n. 789/1994 (parágrafo 4.58 do Relatório DAE);

6.2.1.10. Instituir sistema de controle de frota e programar a emissão de relatórios sobre consumo médio de combustíveis e custo de manutenção, bem como porcentagem de acréscimo de custo anual por veículo, dentre outros, conforme determina o § 3º do art. 50 da Lei Complementar (federal) n. 101/2000 (parágrafo 4.78 do Relatório DAE);

6.2.1.11. Exigir no contrato de fornecimento de combustíveis e na prática a individualização da nota fiscal pelo fornecedor, com a anotação da placa do veículo e a quilometragem, conforme determina o art. 60 da Resolução TC 16/94 (parágrafo 4.78 do Relatório DAE);

6.2.1.12. Exigir na licitação e contratos futuros de fornecimento de combustíveis a individualização do cupom ou nota fiscal por placa de veículo, facilitando o controle da frota conforme determina o art. 60 da Resolução TC 16/94 (parágrafo 4.78 do Relatório DAE);

6.2.1.13. Utilizar a capacidade dos veículos estabelecida pelos fabricantes para planejar o transporte escolar, a fim de evitar a ociosidade da capacidade ou a superlotação, conforme dispõem os arts. 136, VI, e 137 do Código de Trânsito Brasileiro (parágrafo 4.87 do Relatório DAE).

## 6.2.2. Recomendações:

6.2.2.1. Exigir no processo licitatório que o serviço prestado por veículos adequados para o transporte escolar (parágrafo 4.28 do Relatório DAE);

---

- 6.2.2.2. Elaborar planejamento para a substituição da frota própria dos veículos de transporte escolar com idade superior a dez anos (parágrafo 4.28 do Relatório DAE);
- 6.2.2.3. Efetuar trabalho de conscientização com alunos, pais e professores sobre a importância da conservação dos veículos escolares e comportamento no interior do veículo (parágrafo 4.28 do Relatório DAE);
- 6.2.2.4. Priorizar a aquisição de veículos novos de transporte escolar com características específicas para as estradas do Município (parágrafo 4.28 e 4.44 do Relatório DAE);
- 6.2.2.5. Efetuar manutenção preventiva dos veículos, conforme especificação do fabricante (parágrafo 4.28 do Relatório DAE);
- 6.2.2.6. Adotar critérios para contratação de serviço terceirizado para o transporte escolar, incluindo a idade máxima do veículo e a Autorização do Órgão competente para o Transporte Coletivo de Escolares (parágrafo 4.28 do Relatório DAE);
- 6.2.2.7. Proibir o transporte de não alunos nos veículos escolares, exceto professores (parágrafo 4.68 do Relatório DAE);
- 6.2.2.8. Fiscalizar o transporte escolar quanto à existência de carona (parágrafo 4.68 do Relatório DAE);
- 6.2.2.9. Disponibilizar a quantidade de veículos que atenda ao número de alunos a serem transportados de forma que haja assento para todos (parágrafo 4.87 do Relatório DAE);
- 6.2.2.10. Providenciar hodômetros em perfeito funcionamento para os veículos da frota própria que realizam o transporte escolar (parágrafo 4.94 do Relatório DAE);
- 6.2.2.11. Utilizar os recursos do transporte escolar exclusivamente para esta finalidade (parágrafo 4.100 do Relatório DAE).
- 6.3. Determinar à Prefeitura Municipal de Cerro Negro que indique responsável de contato para atuar como canal de comunicação com este Tribunal de Contas, na fase de monitoramento.
- 6.4. Dar ciência desta Decisão, do Relatório e Voto do Relator que a fundamentam, bem como do Relatório de Auditoria Operacional DAE n. 014/2010, à Prefeitura Municipal de Cerro Negro, para conhecimento, manifestação e providências.
- 6.5. Remeter cópia do Relatório e Voto do Relator e do Relatório DAE n. 014/2010, para conhecimento:
- 6.5.1. ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina;
- 6.5.2. à Câmara Municipal de Vereadores de Cerro Negro;
- 6.5.3. ao Comando-Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, para atuação na fiscalização do transporte escolar;
- 6.5.4. à Secretaria de Estado da Educação.
7. Ata n.
-



8. Data da Sessão: 13/10/2010 -Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1. Conselheiros presentes: Wilson Rogério Wan-Dall (Presidente), César Filomeno Fontes, Salomão Ribas Junior, Herneus De Nadal, Julio Garcia (Relator) e Sabrina Nunes Iocken (art. 86, §2º, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Mauro André Flores Pedrozo.

11. Auditor presente: Cleber Muniz Gavi.

WILSON ROGÉRIO WAN-DALL JULIO GARCIA

Presidente Relator

Fui presente: MAURO ANDRÉ FLORES

PEDROZO Procurador-Geral do Ministério

Público junto ao TCE/SC

---